



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gustavo Flausino de Oliveira

**INFLUÊNCIAS DA IMPORTAÇÃO NA GERAÇÃO DE
EMPREGO NA INDÚSTRIA: um estudo no município de
Varginha-MG**

Varginha, MG, 2021

Gustavo Flausino de Oliveira

**INFLUÊNCIAS DA IMPORTAÇÃO NA GERAÇÃO DE
EMPREGO NA INDÚSTRIA: um estudo no município de
Varginha-MG**

**INFLUENCES OF IMPORT ON THE GENERATION
OF EMPLOYMENT IN INDUSTRY: a study in the
municipality of Varginha-MG**

Trabalho apresentado para a Defesa de Dissertação como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas.

Área de Concentração: Gestão, Formação e Desenvolvimento

Linha Pesquisa: Gestão, Organizações e Políticas de Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Gustavo Flausino de Oliveira e orientado pelo prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior

Assinatura do orientador

Varginha, MG, 2021

OLIVEIRA, Gustavo Flausino de

O48 Influência da importação na geração de emprego na indústria:
um estudo no município de Varginha-MG / Gustavo Flausino de
Oliveira. – 2021.
77 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior.
Coorientador: Prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal.
Dissertação (mestrado) – Centro Universitário do Sul de Minas,
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento
Regional. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2021.

1. Importação. 2. Emprego. 3. Benefícios Tributários. 4. Teorias do
Desenvolvimento. I. PORTUGAL JUNIOR, Pedro dos Santos, orient.
PORTUGAL, Nilton dos Santos, coorient. III. Centro Universitário do
Sul de Minas. VI. Título.

CDD: 338.060981

Ficha catalográfica: Fabiana Aparecida Pereira Souza – CRB-06/ 3587/O

Gustavo Flausino de Oliveira

**INFLUÊNCIAS DA IMPORTAÇÃO NA GERAÇÃO DE
EMPREGO NA INDÚSTRIA: um estudo no município de
Varginha-MG**

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Presidente: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior – Orientador, UNIS-MG

Membro: Prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal – Coorientador, UNIS-MG

Membro: Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Silva – UFMS

Membro: Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira – UNIS/MG

A ata da defesa, com as respectivas assinaturas dos membros, encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Varginha, 22 de setembro de 2021

Dedico o trabalho a minha esposa Wanessa, ao meu filho Henrique e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a DEUS pela oportunidade de viver essa fase de aprendizado e oportunidades. Sempre é tempo para conhecer algo novo, pessoas novas, textos novos, autores novos, conceitos novos, desafios novos, problemas novos, enfim, que o mestrado possa trazer muitas outras novidades e que eu saiba aproveitar cada uma delas.

Um obrigado especial a minha esposa Wanessa e meu filho Henrique por privá-los de momentos em família para que pudesse finalizar esse trabalho. A minha mãe, irmãos que sempre foram e continuam sendo incentivadores dos meus projetos.

Obrigado a todos os professores, equipe de suporte, coordenação, coorientador e especialmente ao orientador Prof. Pedro Portugal pela sua paciência, compreensão e ensinamentos.

Agradeço, também, a todos amigos próximos, colegas de trabalho que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho.

“Depois daquela montanha, tem mais montanha”...

(Provérbio Chinês)

RESUMO

O presente trabalho aborda os benefícios de importação, atrelados à possibilidade de geração e/ou aumento das vagas de emprego. Tal proposta busca apontar a importação como um fator positivo na economia do município de Varginha-MG, desmistificando seu papel negativo, muitas vezes difundido, além de verificar a influência dos benefícios tributários na importação com possibilidade de aumento nos níveis de emprego. Portanto, o objetivo da pesquisa será analisar os efeitos dos benefícios tributários na importação e sua relação com o aumento de postos de trabalhos no âmbito das indústrias, do município de Varginha, Sul de Minas Gerais. Apresenta-se também algumas teorias de desenvolvimento econômico que contribuem para um melhor entendimento a nível regional. Este intento será atingido através de pesquisas bibliográficas, documentais e também, por meio de aplicação de questionário a empresas localizadas no referido município, que realizaram alguma importação entre os anos 2009 a 2019. Os dados secundários estão relacionados à empregabilidade da região e ao levantamento das empresas importadoras. Todos os dados foram analisados utilizando-se da abordagem qualitativa. A população do estudo deu-se por recenseamento, iniciado com 7810 empresas importadoras do estado de Minas Gerais no período estudado. Ao realizar os devidos filtros para a cidade de Varginha-MG alcançou uma população de 56 empresas com características industriais, que foram reduzidas a 38 empresas em virtude do encerramento das operações ou dissonância com a pesquisa. Em meio à pandemia de Covid-19 muitas empresas adotaram o regime de *home office* dificultando o acesso às informações e respondentes. Os resultados correspondem a 52,6% da população efetivamente pesquisada, sendo possível identificar que a maior parte das empresas iniciaram suas importações após o período delimitado pela pesquisa e que 45% dos respondentes se enquadram na categoria de médio porte com 100 a 499 colaboradores. Foi possível identificar também que mais de 70% dessas empresas possuem uma dependência parcial de matéria prima importada para a fabricação de seus produtos e que muitas delas não conhecem ou não aplicam algum tipo de regime aduaneiro especial ou benefícios tarifários. Com relação à empregabilidade aproximadamente 55% acreditam que houve um aumento nos postos de trabalhos durante o período estudado. Apesar do número de participantes é possível perceber a relevância da operação de importação na aquisição de insumos para as empresas fabricantes da cidade e que mesmo com baixa utilização de benefícios é possível manter ou gerar empregos paralelamente às importações realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Importação. Emprego. Benefícios Tributários. Teorias do desenvolvimento.

ABSTRACT

This work addresses the benefits of importation, linked to the possibility of generating and/or increasing job vacancies. This proposal seeks to point out imports as a positive factor in the economy of the municipality of Varginha-MG, demystifying its negative role, often widespread, in addition to verifying the influence of tax benefits on imports with the possibility of increasing employment levels. Therefore, the objective of the research will be to analyze the effects of tax benefits on imports and their relationship with the increase in jobs within industries, in the municipality of Varginha, southern Minas Gerais. It also presents some theories of economic development that contribute to a better understanding at the regional level. This intent will be achieved through bibliographic and documentary research and also, through the application of a questionnaire to companies located in that municipality, which carried out some import between the years 2009 to 2019. Secondary data are related to the employability of the region and the survey of importing companies. All data were analyzed using a qualitative approach. The study population was based on a census, which started with 7810 importing companies in the state of Minas Gerais during the period studied. By carrying out the proper filters for the city of Varginha-MG, it reached a population of 56 companies with industrial characteristics, which were reduced to 38 companies due to the closure of operations or dissonance with the research. In the midst of the Covid-19 pandemic, many companies adopted the home office regime, making it difficult to access information and respondents. The results correspond to 52.6% of the population actually surveyed, and it is possible to identify that most companies started their imports after the period delimited by the survey and that 45% of respondents fall into the medium-sized category with 100 to 499 employees. It was also possible to identify that more than 70% of these companies have a partial dependence on imported raw material for the manufacture of their products and that many of them do not know or do not apply any type of special customs regime or tariff benefits. Regarding employability, approximately 55% believe that there was an increase in jobs during the period studied. Despite the number of participants, it is possible to see the importance of the import operation in the acquisition of inputs for manufacturing companies in the city and that even with low use of benefits it is possible to maintain or generate jobs in parallel with the imports carried out.

KEYWORDS: Import. Job. Tax Benefits. Development theories.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Volume de Importação e exportação no Brasil (2009-2019)..... | 04 |
| Gráfico 2 - Volume de Importação e exportação em Minas Gerais (2009-2019)..... | 05 |
| Gráfico 3 - Taxa de Crescimento Anuais (Produto Interno Bruto - PIB) (1980-2010)..... | 15 |
| Gráfico 4 - Números de desocupados no estado de Minas Gerais (2012-2019) | 24 |
| Gráfico 5 - Saldo de admissões na Indústria – Varginha-MG (2009-2019)..... | 25 |
| Gráfico 6 - Volume Importado (Quilograma Líquido) – Varginha-MG (2009-2019)..... | 26 |
| Gráfico 7 - Comparativo Importação (FOB/US\$ x KGS) – Varginha-MG (2009-2019) | 47 |
| Gráfico 8 - Importação por Setor e Quantidade de Empregados – Brasil (2011-2018) | 48 |
| Gráfico 9 - Nível de necessidade de produtos importados nas operações da empresa..... | 51 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Origens da importação de Minas Gerais (2009-2020)..... | 22 |
| Figura 2 - ATLAS.ti – Benefícios | 53 |
| Figura 3 - ATLAS.ti – Regime Aduaneiro Especial | 54 |
| Figura 4 - ATLAS.ti – Diferencial Competitivo | 57 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|----------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Órgãos Anuentes | 20 |
| Quadro 2 - Principais Regimes Aduaneiros Especiais | 31 |
| Quadro 3 - Principais Teorias de desenvolvimento..... | 36 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Número de empresas Exportadoras e Importadoras – Minas Gerais | 06 |
| Tabela 2 - Importação (FOB/US\$) - Origens | 23 |
| Tabela 3 - Importação (FOB/US\$) – Cidades Minas Gerais..... | 47 |
| Tabela 4 - Resumo das respostas | 56 |

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BIT - Bens de Informática e de Telecomunicações
BK - Bens de Capital
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGV - Cadeia Global de Valor
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COEXP - Coordenação de Exportação e Drawback
DECEX - Departamento de Operações de Comércio Exterior
DU-E - Declaração Única de Exportação
DUIMP - Declaração Única de Importação
FMI - Fundo Monetário Internacional
FOB - *Free on board*
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
II - Imposto de Importação
IN - Instrução Normativa
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
LI - Licenciamento de Importação
LPCO - Licenças, permissão, certificados e outros
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MG - Minas Gerais
NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RICMS - Regulamento do ICMS
SI - Substituições de Importações
SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior
TEC - Tarifa Externa Comum
TIPI - Tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------|------|
| RESUMO | vii |
| ABSTRACT | viii |
| LISTA DE GRÁFICOS | ix |
| LISTA DE FIGURAS | x |
| LISTA DE QUADROS | xi |
| LISTA DE TABELAS | xii |
| LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS | xiii |
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 Problema..... | 2 |
| 1.2 Objetivos | 3 |
| 1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> | 3 |
| 1.2.2 <i>Objetivo Específicos</i> | 3 |
| 1.3 Delimitação do Estudo | 3 |
| 1.4 Relevância do Estudo / Justificativa..... | 6 |
| 1.5 Organização da Dissertação | 8 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 9 |
| 2.1 Panorama das Pesquisas | 9 |
| 2.2 Globalização..... | 11 |
| 2.3 Comércio Exterior Brasileiro | 13 |
| 2.3.1 <i>Abertura de mercados – 1990</i> | 14 |
| 2.3.2 <i>Pós Crise 2008</i> | 17 |
| 2.4 Balança Comercial Brasileira..... | 18 |
| 2.4.1 <i>Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)</i> | 19 |
| 2.4.2 <i>Importação e Emprego – Minas Gerais e Varginha</i> | 22 |
| 2.5 Benefícios fiscais na importação..... | 27 |
| 2.6 Regimes Especiais - Estadual..... | 29 |
| 2.7 Regimes Aduaneiros Especiais - Federal | 31 |
| 2.7.1 <i>Drawback</i> | 32 |
| 2.7.2 <i>Entrepasto Aduaneiro Importação</i> | 34 |
| 2.7.3 <i>Admissão temporária</i> | 34 |
| 2.8 Teoria de desenvolvimento econômico..... | 35 |
| 3 METODOLOGIA | 40 |
| 3.1 Delineamento da pesquisa..... | 40 |

| | |
|------------------------------------------------|----|
| 3.2 Tipo de Pesquisa..... | 40 |
| 3.3 População e amostra..... | 41 |
| 3.4 Instrumentos de pesquisa | 43 |
| 3.4.1 <i>Pré-Teste</i> | 43 |
| 3.5 Procedimentos para Coleta de Dados | 44 |
| 3.6 Procedimentos para Análise de Dados | 45 |
| 4 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO | 46 |
| 4.1 Volume de Importação | 46 |
| 4.2 Empregabilidade..... | 48 |
| 4.3 Resultados e Análises Preliminares..... | 49 |
| 5 CONCLUSÃO | 58 |
| REFERÊNCIAS | 61 |
| APÊNDICES | 67 |
| APÊNDICE A | 68 |
| ANEXOS | 72 |
| ANEXO A..... | 73 |
| ANEXO B | 76 |

1

INTRODUÇÃO

Ainda que existindo uma queda do saldo da balança comercial em 2019, comparando aos valores do ano anterior, o comércio exterior brasileiro tem apresentado uma movimentação crescente. O fluxo de importação manteve o crescimento de pouco mais de 1% em volume (quilograma líquido) e no mesmo período o volume exportado apresentou uma pequena queda de 4,07%. Apesar de terminar 2019 com um superávit na balança comercial de mais de 48 Bilhões (US\$), ainda são necessários progressos nas ações governamentais e também na iniciativa empresarial para aumentar a representatividade do Brasil no mercado internacional, que hoje corresponde a pouco mais de 1% do comércio global (BRASIL, 2020a).

A exportação aumenta a possibilidade de lucratividade das empresas, além de colocar o Brasil em evidência internacional, já as importações possibilitam acesso a novas tecnologias e produtos com diferentes atributos e qualidade, dentre outros benefícios. Em pesquisa recente, Morceiro (2019, p. 25) buscou verificar se “as classes industriais que mais importaram insumos e componentes comercializáveis foram também as que mais exportaram”. Uma discussão que procura entender se as mercadorias importadas participavam de algum processo fabril para futuras exportações, ou ainda, se contribuem com o aumento da participação no comércio internacional do país, gerando também entrada de divisas para o Brasil. A questão passa pela transformação dos produtos e/ou industrialização com uma estreita relação com a dinâmica das Cadeias Globais de Valor (CGV) e a integração efetiva das pautas exportadora e importadora.

“O Brasil tem um mercado doméstico muito protegido das importações e, por conseguinte, as empresas são menos expostas a concorrentes internacionais mais produtivos e de melhor qualidade” (NEGRI, 2018, p.85). Historicamente no Brasil, sempre existiu um controle das importações, principalmente com objetivo de estimular o desenvolvimento da indústria nacional.

A qualidade dos produtos estrangeiros cria um ambiente de concorrência, o que de certa forma obriga as empresas nacionais a buscarem por novas tecnologias e mudanças estruturais. Caso a escolha seja pelo não acompanhamento global, essas empresas estariam fadadas ao seu possível fechamento. Com isso, em certos momentos, encara-se a importação como vilã, por oferecer risco à indústria nacional e conseqüentemente à geração de empregos, principalmente quando a prática oferece substituição de produtos fabricados e produzidos no Brasil. Dessa forma, o presente estudo busca conhecer as empresas importadoras da cidade de Varginha,

localizada no Sul de Minas Gerais, que utilizam ou não benefícios na importação e a possibilidade que o processo de importação provocou de aumento nos postos de trabalho destas empresas. De maneira exploratória, o intuito é encontrar dados suficientes que possam esclarecer o objetivo do trabalho e auxiliar na resposta principal do estudo.

1.1 Problema

A abertura ao mercado internacional está diretamente ligada à globalização e oferece diversas possibilidades de crescimento aos países, gerando assim, um aumento de sua competitividade, além de um incremento interno decorrente da entrada de divisas – lucro das exportações – ou ainda, por novos produtos – advindos, sobretudo, da importação de tecnologias. Gorender (1997) discorre que ante aos novos desafios da abertura do mercado da década de 90, as indústrias no Brasil precisaram se modernizar, informatizar e efetuar ajustes organizacionais.

A comercialização internacional não está restrita aos países ricos e desenvolvidos. Nações que buscam sua inserção no mercado global, mesmo que em condições bem diferentes se comparadas a grandes países, também objetivam aumentar suas vendas e compras internacionais. Apesar de levantamentos recentes apontarem o Brasil com uma representatividade muito baixa no comércio mundial, a balança comercial tem se revelado positiva, o que mostra o potencial exportador do país. Mendes (2020) assinala o Brasil na oitava colocação de maior economia do mundo, porém sua participação no comércio exterior corresponde a apenas 1,2% comparado a todos os demais países do globo. Em relatório publicado pelo *World Bank Group*, o Brasil está na 124ª posição do ranking dentre 190 países que apresentam facilidades para o desenvolvimento de negócios.

As operações internacionais criam alternativas para distribuição de produtos primários, bens intermediários, tecnologias, pesquisas e também serviços, responsáveis pelo desenvolvimento e progresso nos padrões de vida das populações (ASSUMPCÃO, 2007). Tais questões também podem ser verificadas em nível de município e região, não estando atreladas apenas a abordagens de cunho nacional. Para isso, um conhecimento da legislação aduaneira e tributária é muito importante, principalmente quando se fala de importação, uma vez que o Brasil possui uma alta carga tributária, dificultando a entrada de mercadorias estrangeiras em patamares acessíveis e afastando a entrada de possíveis equipamentos de última geração.

O presente estudo busca levantar a utilização de benefícios oferecidos à importação e os possíveis ganhos na oferta de emprego em Varginha nas empresas que utilizaram esses benefícios, objetivando responder a pergunta: De que forma a utilização de benefícios

tributários, voltados para o incentivo à importação, impactam no nível de emprego em indústrias da cidade de Varginha no Sul de Minas Gerais?

1.2 Objetivos

Os objetivos da pesquisa, divididos em geral e específicos, ajudam na obtenção dos conhecimentos que a pesquisa visa abranger (ZAMBELLO, *et al.* 2018). Por isso, as ações governamentais existentes que oferecem possibilidades às empresas de aumentar seu campo tecnológico, redução de custos em matérias primas, resultados melhores de renda e expansão para as empresas estarão alinhados aos objetivos propostos. Busca-se conhecer essa prática para que, através de dados levantados e relacionados com as empresas, possa se atingir o ponto principal da investigação.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos dos benefícios tributários na importação no que se refere ao aumento de empregos em indústrias na cidade de Varginha-MG.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Mapear empresas dentro da cidade pesquisada que utilizaram benefícios na importação durante o período do estudo;
- b. Associar, por meio de análises estatísticas, o aumento de novos postos de trabalho com a economia gerada pela importação;
- c. Averiguar se a importação é uma alternativa positiva para a geração de emprego.

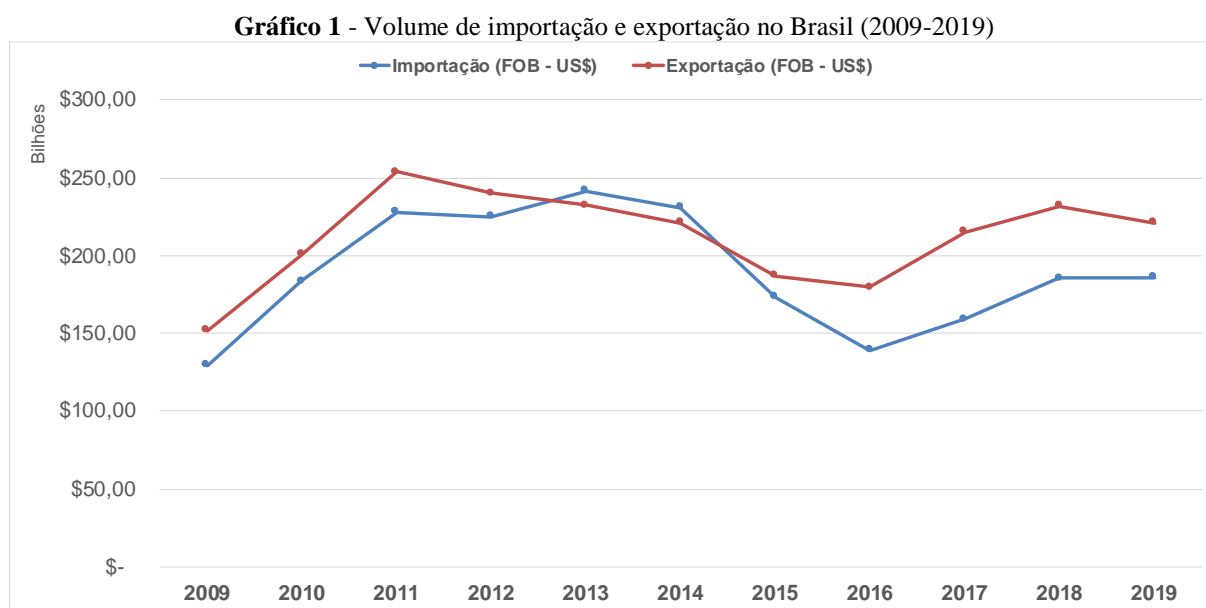
1.3 Delimitação do Estudo

Em 2009, o número de empresas exportadoras e importadoras eram respectivamente, 21.875 e 36.537, quando comparado com o ano de 2020, o número de CNPJs que operaram no comércio exterior subiu para 28.604 empresas exportadoras e 39.267 importadoras. Esse resultado equivale a um crescimento de mais de 30% nas empresas que desejam exportar e aproximadamente 7,5% nas empresas que buscam adquirir produtos de outros países (BRASIL, 2020b). Mesmo com indicadores favoráveis, seja no crescimento de empresas brasileiras no comércio exterior ou da nossa balança comercial, ainda é preciso uma revisão em processos e práticas no Comércio Exterior Brasileiro.

O intuito deste estudo está na pesquisa de produtos importados para a indústria, ou seja, produtos básicos, sem alteração substancial ou semimanufaturados, ainda incompletos, que

passarão por processo de industrialização. Não serão contemplados produtos manufaturados, melhor conhecidos como acabados e já destinados à revenda e/ou ao consumidor final, pois nessa etapa o incremento em mão de obra é pequeno ou inexistente.

Os dados do Ministério da Economia, apresentados no Gráfico 1, mostram que durante a maior parte do recorte temporal realizado para esse trabalho, o Brasil esteve à frente com suas exportações gerando assim o superávit da balança comercial.

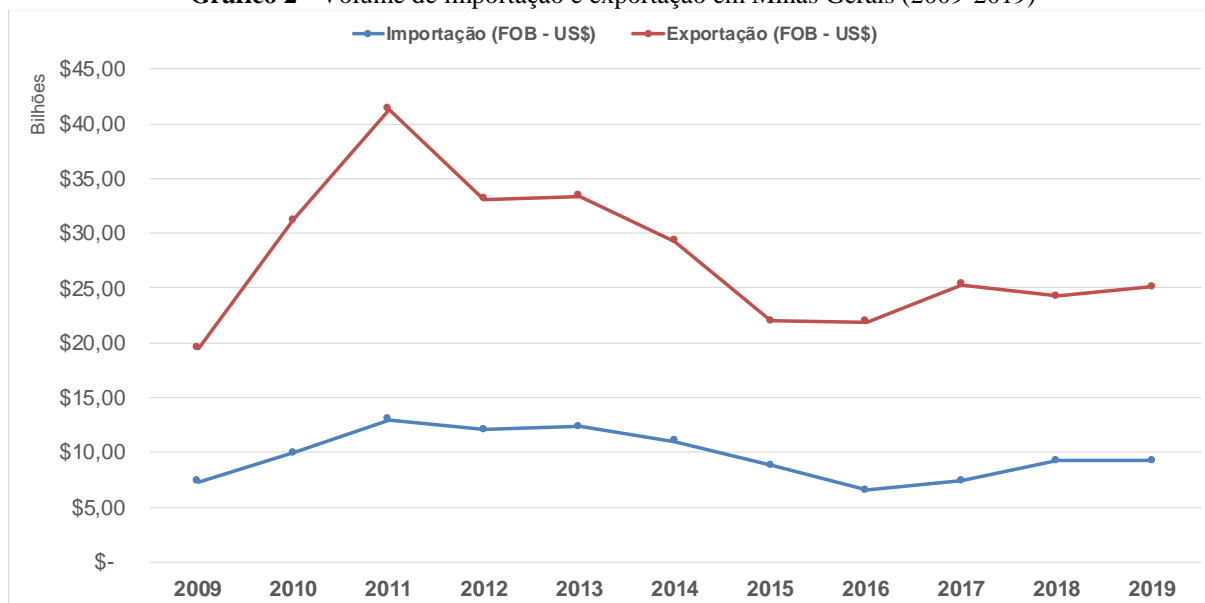


Fonte: BRASIL, 2020b, elaborado pelo autor.

Pelos dados apresentados a partir de 2015, ainda é possível notar um distanciamento dos valores importados se comparados à exportação, que pode ser explicado por diversos fatores, como exemplo: a desvalorização do real frente ao dólar, substituição de produtos importados, diminuição dos investimentos por parte das empresas em razão da crise e aumento da capacidade exportadora do país.

O Gráfico 2 a seguir, é um primeiro recorte de dados, visto que agora apresentam-se os números da balança comercial do estado de Minas Gerais. Diferente do que ocorre no Brasil, é notório um intervalo maior entre a exportação e a importação. Observa-se que os valores exportados são maiores, colocando o estado na 3ª posição no ranking dos principais exportadores do país em 2019 (BRASIL, 2020b).

Gráfico 2 - Volume de importação e exportação em Minas Gerais (2009-2019)



Fonte: BRASIL, 2020b, elaborado pelo autor.

Apesar do volume importado do estado ser menor, Minas Gerais terminou o ano de 2019 como o 7º estado com mais importações. A indústria de transformação se destaca com 87% do volume importado, sendo quase 8 bilhões de dólares em produtos que serão utilizados em linhas de produção mineiras (BRASIL, 2020b).

Para organizar os municípios por identidades regionais, a partir dos anos de 1987, o IBGE passou a ser o responsável por realizar um estudo e dividir o Brasil por mesorregiões e microrregiões, considerando assim as dimensões: processo social, quadro natural, rede de comunicação e de lugares (IBGE, 1990).

O estudo se concentrará nas empresas importadoras, localizadas em Varginha, cidade-polo da sua microrregião e que abarca as seguintes cidades: Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilícinea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações e Três Pontas. Segundo dados do IBGE, Varginha ocupa a 21ª colocação no ranking populacional do estado, com aproximadamente 136.602 habitantes (população estimada em 2020) e é a cidade de maior população entre as componentes da sua microrregião.

Os dados da Tabela 1 a seguir, demonstram o número de empresas com operações internacionais somente no estado de Minas Gerais. Comparado ao período estudado, 2009 a 2019, nota-se que a evolução de empresas importadoras é maior que o número de exportadoras, apontando um crescimento de 828 empresas que importam frente a 407 empresas que exportam. Mesmo com um crescimento maior em empresas importadoras o volume exportado no ano de 2019 foi superior às importações registrando um superávit de US\$ 46 bilhões (VILELA, 2020).

Tabela 1 - Número de empresas Exportadoras e Importadoras – Minas Gerais

| ANO | EXPORTADORES | % | IMPORTADORES | % |
|-------------|---------------------|----------|---------------------|----------|
| 2009 | 1628 | -3,93% | 2178 | 0,37% |
| 2010 | 1585 | -2,71% | 2483 | 12,28% |
| 2011 | 1579 | -0,38% | 2736 | 9,25% |
| 2012 | 1549 | -1,94% | 2771 | 1,26% |
| 2013 | 1506 | -2,86% | 2883 | 3,88% |
| 2014 | 1550 | 2,84% | 2834 | -1,73% |
| 2015 | 1607 | 3,55% | 2701 | -4,92% |
| 2016 | 1774 | 9,41% | 2518 | -7,27% |
| 2017 | 1856 | 4,42% | 2753 | 8,54% |
| 2018 | 1800 | -3,11% | 2815 | 2,20% |
| 2019 | 2035 | 11,55% | 3006 | 6,35% |

(%) Percentual calculado com os números do ano anterior

Fonte: BRASIL, 2020c. Ministério da Economia, adaptado pelo autor.

Estratificando esses números para o foco da pesquisa, Varginha-MG possui 134 empresas importadoras, considerando o período de 2009 a 2019. Como o objetivo do estudo está associado à indústria, selecionaram-se então empresas com tais atributos, obtendo o resultado de 79 empresas com características de transformação de matérias-primas e materiais intermediários. Das empresas que importam, 59% em média são responsáveis por algum tipo de processo de fabricação, demonstrando, assim, a possível necessidade de importação de matérias primas, produtos intermediários e até mesmo maquinários que visam a contribuir com a melhoria do processo fabril. Para chegar ao número de empresas pesquisadas, ainda levou em consideração o efetivo funcionamento, ou seja, se a empresa ainda está em operação e também, seu interesse no estudo.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

A gestão de negócios é um tema recorrente nos âmbitos organizacionais e acadêmicos e quando ela está associada ao comércio exterior é preciso ainda mais precisão, tendo em vista o investimento necessário e o lucro esperado. Segalis *et al.*(2012) compartilham dessa ideia e colocam o desenvolvimento do país como um real efeito de todo o empreendimento realizado pelas empresas, seja nas exportações e/ou importações.

O comércio internacional, responsável por uma conexão entre os países, é determinado como produto resultante da era da globalização, mas o mundo tornou-se comercial ainda na época das primeiras expedições que buscavam novas terras. Fato esse, comprovado pela abertura econômica e comercial do Brasil realizada em 1808, quando D. João, Príncipe Regente de Portugal, assina a Carta de Abertura dos Portos às nações amigas (BRASIL, 2020c).

O Brasil inicia, assim, o seu processo de independência deixando de ser uma colônia de Portugal e passando a ter autonomia sobre suas negociações. O contexto histórico, no comércio internacional brasileiro, é muito importante e, por isso a necessidade de aprimorar os estudos que conseqüentemente favorecerão as relações comerciais internacionais nos dias atuais.

A informação e a era da tecnologia têm aproximado mais rapidamente os interessados em novos produtos e serviços, de tal modo, cabe às organizações planejamento para atender às demandas existentes, sejam elas exportadoras ou importadoras, e adequado acompanhamento das atualizações se desejarem aumentar sua participação no mercado global.

Neste contexto, a presente pesquisa busca ressaltar a administração e utilização de benefícios na importação e o provável aumento da geração de emprego na região. Conseqüentemente, busca-se revelar as oportunidades que estão associadas a um processo de importação. Acredita-se que diferenciais competitivos gerados por benefícios tributários, ou ainda, algum tipo de regime aduaneiro especial, possa propiciar uma abertura de postos de trabalho, inserindo o trabalhador no contexto do desenvolvimento comercial e econômico do país.

Segundo dados do IBGE(2018), houve um crescimento do índice de desocupação, especialmente após 2015 e chegando a 2019 com um número aproximado de 13 milhões de pessoas sem um emprego formal. Portanto, pretende-se, através dessa pesquisa, preencher lacunas ainda não exploradas com assuntos de relevância internacional e de progresso para o país.

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED)¹, o estado de Minas Gerais apresentou bons resultados em relação à geração de empregos, diminuindo o número de pessoas desempregadas e, por isso a proposta do trabalho será realizar um estudo mais próximo da cidade-polo de Varginha-MG, traçando um comparativo entre empresas importadoras, utilização de benefícios tributários e geração de postos de trabalhos (BRASIL, 2020e).

¹ A partir de janeiro de 2020, o uso do Sistema do Caged foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas (BRASIL, 2020e).

Em consonância ao desenvolvimento regional do programa de estudo, busca-se também apresentar a importância dos produtos básicos e semimanufaturados importados na região e seus possíveis impactos na criação de empregos, geração de renda e contribuição para a inserção do país nas cadeias globais de valor.

1.5 Organização da dissertação

O presente trabalho seguirá a seguinte organização: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados Esperados e Divulgação, Cronograma, Orçamento, Referências, Apêndices e Anexos.

A Introdução está subdividida em seis subseções: Delineamento da pesquisa, Problema, Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa e Organização do Trabalho.

A Revisão de Literatura será responsável por contextualizar a história do comércio exterior brasileiro a partir da abertura de mercado de 1990 e eventos após a crise econômica mundial de 2008, ajudando a subsidiar a escolha temporal do estudo entre os anos de 2009 a 2019. Alguns estudos e teorias econômicas deverão ser relatados, embasando, assim, entendimentos na escolha da região estudada e diferenciação de globalização produtiva e financeira, com foco no aspecto produtivo. Definições específicas da área de importação serão trazidas para apoiar os estudos dos benefícios e suas aplicações no processo de entrada de mercadorias estrangeiras no país.

A Metodologia será apresentada em quatro subseções: População e amostra, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados e Procedimentos para Análise dos Dados. Sequencialmente, apresentam-se os Resultados e Discussões, Considerações finais e Referências, seguidos dos Apêndices e Anexos.

2

REVISÃO DA LITERATURA

Os armazenamentos virtuais, a criação de sites de pesquisas e outros avanços tecnológicos contribuem muito para a divulgação científica, e conseqüentemente para as revisões de literatura. O que se quer conhecer? Qual o problema a ser solucionado através dessa pesquisa? Quais temas se relacionam? Para responder a essas questões foram realizados levantamentos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES², além de repositórios de universidades e sites de revistas científicas.

2.1 Panorama das Pesquisas

Chamon (2016) apresenta o “estado da arte” como uma ferramenta importante para o levantamento dos trabalhos já realizados na área defendida e principalmente com relação aos frutos dessas pesquisas. A autora afirma ser importante aplicar essa técnica a fim de verificar o panorama existente, a importância que o atual trabalho terá para a sociedade e qual a contribuição do assunto pesquisado e defendido. Inicialmente foram efetuadas buscas em bibliotecas virtuais reconhecidas cientificamente, ação importante para que haja confiança durante o processo de pesquisa e construção da teoria.

O autor, especificamente, optou por utilizar o Portal de Periódicos da CAPES, uma vez que são oferecidas inúmeras fontes e coleções para pesquisa. O acervo reúne mais de 45 mil títulos com textos completos, bases referenciais e outras dedicadas a patentes. É possível também, encontrar livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais. Vale ressaltar que existem trabalhos em diversos idiomas, enriquecendo ainda mais a biblioteca virtual e conseqüentemente a pesquisa a ser realizada (CAPES, 2011).

Brandau *et al.*(2005) relata a importância de possuir descritores bem definidos para atingir um melhor resultado na pesquisa realizada. Os descritores são palavras que auxiliam a busca dos documentos consultados, termos importantes para que os resultados sejam filtrados, condensados e afinados. Vale ressaltar que as palavras-chaves – usualmente componentes do resumo de artigos – não seguem nenhuma estrutura, são palavras citadas do texto elaborado. Já o descritor é construído através de uma lógica de importância dentro do contexto do assunto

² <http://www.periodicos.capes.gov.br>

dissertado, além de passar por um severo estudo de sinônimos e significados. Em um primeiro momento, trabalhou-se sem uma definição de data inicial, limitando a data final para dezembro de 2019 e utilizou os seguintes descritores: Drawback, Emprego, Globalização, Importação, Benefícios Tributários (entre aspas), Regime Aduaneiro (entre aspas) e Teoria Econômica (entre aspas). A partir do primeiro resultado de cada descritor, foi aplicada a revisão por pares, sistemática utilizada pelos periódicos objetivando maior confiabilidade nas informações publicadas. Aplicou-se também o filtro artigos em português para que o resultado demonstrasse uma maior aproximação da temática com a realidade brasileira, contudo, apresentou-se um grande volume de trabalhos encontrados.

Ao revisitar as principais palavras e delimitar a busca para o período do estudo, 2009 a 2019, foi possível identificar um número de 717 trabalhos sobre os temas globalização combinado com o emprego e 196 trabalhos com importação mais emprego. Isso mostra a constância que os assuntos são estudados e a relevância do tema. Após esse resultado, o autor buscou se inteirar dos estudos a partir do resumo de cada pesquisa e tentou encontrar embasamentos que se assemelhavam com o objetivo desse trabalho. Por intermédio de tais subsídios, deu-se início a construção do arcabouço teórico que será base de toda pesquisa científica, trazendo o que já foi discutido até o momento e quais contribuições poderão ser adicionadas ao tema da dissertação em questão.

Os resultados encontrados a partir da combinação dos descritores citados facilitaram encontrar fundamentações teóricas e que foram utilizadas por todo referencial. Foram aproximadamente 15 obras empregadas da pesquisa realizada na CAPES, além de outras bibliografias e fontes governamentais que estão referenciadas no decorrer da discussão, iniciando com uma breve contextualização do fenômeno que é a Globalização e que abre os caminhos para os demais temas aqui delineados e propostos:

- Globalização e Comércio Exterior Brasileiro;
- Abertura de mercados 1990;
- Pós-crise 2008;
- Balança Comercial Brasileira;
- Exportação e Importação;
- Importações Minas Gerais;
- Benefícios Fiscais na Importação;
- Regimes Aduaneiros Especiais;
- Teorias de desenvolvimento econômico.

Alguns tópicos e assuntos foram ainda mais detalhados e que podem ser notados durante a leitura detalhada do referencial. O estado da arte, sua pesquisa e descritores são fundamentais para construção da teoria, visto que a maioria dos tópicos foram resultados dos descritores utilizados na busca do periódico da CAPES. Ainda, acerca das buscas realizadas, nem todos os trabalhos encontrados foram utilizados, pois não estavam no contexto esperado, ou ainda, sintonizados com os objetivos do presente estudo.

2.2 Globalização

Várias mudanças foram proporcionadas pela globalização e Bauman (1999) traz à discussão alguns questionamentos relacionados a esse processo e recorda certos aspectos filosóficos, dentre eles a definição de universalização – antecedente à ideia ou definição de globalização. O conceito consistia em levar ao mundo um contexto universal e com mais igualdade, diferente do que acontece nos dias atuais, ao mesmo tempo em que há um acesso global, há também uma separação e distanciamento, evidenciados sobretudo nas questões sociais. O autor completa que a globalização atinge a todos e não haverá reversão desse processo, cabendo às pessoas e às empresas buscarem formas de sobrevivência e adaptação nessa era global.

Muitas organizações precisaram realizar mudanças drásticas para que pudessem sobreviver e se preparar para a concorrência imposta por esse processo. Para Keedi (2010) o aumento da representatividade de um país no comércio internacional corresponde a maiores oportunidades, melhores resultados, além de um crescimento exponencial da economia como um todo. Ou seja, as mudanças também oferecem um processo evolutivo e positivo que envolve empresas e todo o país.

A inserção do país no comércio mundial, conseqüentemente, cria uma abertura para as empresas que desejam exportar seus produtos ou realizar importações de insumos e outros materiais. Essa abertura é importante para o desenvolvimento da nação.

As mudanças financeiras ocorridas no final dos anos 70, trouxeram, em esfera global, diversos impactos políticos e econômicos (GASPAR, 2015). A evolução, até os dias atuais, mostra que tais acontecimentos deixaram um viés financeiro para a globalização, o termo compreende e se inter-relaciona com demais variantes, dentre elas as sociais e culturais. (BONELLI; LAZZARESCHI, 2013).

Cano (1998) faz uma diferenciação entre globalização financeira e a produtiva, sendo a primeira decorrente da propagação financeira internacional, apoiada pelo avanço das telecomunicações, pela busca por paraísos fiscais e o livre trânsito de capitais de curto prazo

entre países. Já a variante produtiva “consiste na reestruturação (econômica, técnica, administrativa, comercial e financeira) que as grandes empresas transnacionais vêm fazendo, promovendo nova divisão internacional do trabalho” (CANO, 1998, p.104).

A globalização, especialmente a produtiva, influencia o setor produtivo, gerando competitividade acirrada e luta pela sobrevivência das organizações. As empresas buscam diminuir custos, procuram por novas tecnologias, agilizam entregas e trabalham melhorias visando um produto final de qualidade. Isso também ocorre em empresas prestadoras de serviços, prezam por qualidade, celeridade e custos.

Decorrentes desse processo global surgem as chamadas cadeias globais de valor, ou simplesmente, CGV. Esse processo possui diversos antecedentes, principalmente algumas teorias de desenvolvimento que contemplavam a divisão laboral das etapas produtivas. Contudo, nesse novo aspecto, existe a prática de empresas maiores ou líderes buscando serviços ou materiais em países em desenvolvimento, deixando os processos de níveis mais complexos para serem finalizados no país detentor do projeto e/ou produto final (SANTARCÁNGELO *et al.*, 2017).

Oliveira (2015) ressalta que a fragmentação do processo preza pela qualidade, valor competitivo e conhecimento necessário para a realização do serviço. Poderá ser executada, inclusive, em pequenas e médias empresas, não sendo exclusivamente realizada por multinacionais. A autora ainda ilustra a CGV com produtos da *Apple*, empresa americana responsável pelos *designs* dos produtos que repassa o desenvolvimento para empresas situadas em Taiwan, a produção é realizada na China e os serviços de suporte, pós-venda, realizados por companhias na Índia.

Existem ainda os aspectos de cunho econômico, social e regional que possibilitam a existência de uma CGV. O contexto econômico está associado à disponibilidade de matéria-prima, custos de mão de obra, financiamentos e infraestrutura compatível. Não é possível instalar uma cadeia global de valor sem que haja condições reais e de qualidade para sua continuidade. Para o aspecto social, a CGV irá procurar um ambiente em que haja incentivo à educação, capacitação laboral e participação feminina nas atividades profissionais. O acesso ao conhecimento torna-se um pilar importante e relevante na formação da cadeia e do processo produtivo. O pilar regional, ou ainda, instituição doméstica, é a ligação das legislações, regulamentações, subsídios, políticas educacionais e práticas inovadoras presentes e instituídas no ambiente da cadeia global de valor (OLIVEIRA, 2015). Tais aspectos já eram preconizados por Rosenstein-Rodan (1969) e denominados como economias externas, que em conjunto seriam fomentadoras do desenvolvimento econômico.

No entanto, a inserção internacional nessas cadeias globais de valor não ocorreu de forma equânime. A Organização das Nações Unidas (ONU), criada no período pós-Segunda Guerra Mundial, buscava nivelar o desenvolvimento dos países nos aspectos econômico e social (LOPEZ; GAMA, 2010). Muitos países, apoiados no comércio internacional, buscavam o crescimento, porém esse período não foi igualitário para todo o mundo. No Brasil, por exemplo, juntamente com os demais países considerados de terceiro mundo, o acesso ao mercado internacional não foi tão simples. A estrutura política e econômica do Brasil ainda não consentia negociações internacionais e os reflexos dessa retração de certa forma nos traz prejuízos até os momentos atuais.

O programa de substituição de importação (SI), iniciado a partir de 1930, pode ter afastado o Brasil das tecnologias e mercados, restando agora diminuir esse distanciamento. O programa em si procurava desenvolver as indústrias nacionais e promover um controle cambial, de acordo com a reserva adquirida pelas exportações do país. Ocorre que houve mais uma visão protecionista do que uma busca pelo equilíbrio da balança comercial brasileira (SILVA, 2003).

Cerqueira (1996) relata que o programa de substituição de importação ocorreu até 1955, e não até 1980, estando ele com o mesmo entendimento de Conceição Tavares, conforme citado pelo próprio autor. Essa percepção deriva do mesmo raciocínio desses autores de que a partir de 1955 a indústria que se estabelece no Brasil surge sem a existência prévia de uma demanda a ser suprida. Soma-se a isso o fato de que tal programa não promoveu em sua totalidade o desenvolvimento e diversificação da disposição produtiva das indústrias nacionais, especialmente com bases de exportação dinâmicas.

2.3 Comércio Exterior Brasileiro

Lopez e Gama (2010) expõem a importância do comércio exterior para um país, sendo a importação responsável pelo acesso a novas tecnologias com efeito modernizador e geração de divisas e investimentos através das exportações. No Brasil, ainda vemos um incentivo grande para as *commodities*, atingindo, assim, o objetivo de aumento da lucratividade internacional. Contudo, o ganho poderia ser maior se houvesse uma preocupação na transformação do produto e aumento do seu valor agregado, oferecendo produtos com diferenciais ao mercado internacional ou, ainda, inserindo o produto em uma cadeia global de valor conforme retratado anteriormente.

Nos dias atuais, apesar de verificar um grande estímulo nas operações internacionais, o Brasil ainda é visto com uma economia internacional fechada, ou seja, uma representatividade

baixa, mesmo com valores expressivos nas exportações e importações (gráfico 01), o que demanda algumas necessárias ações efetivas para provocar uma real abertura internacional.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem reunindo propostas anualmente, desde 2016, com o objetivo de fortalecimento do comércio exterior brasileiro. O documento é resultado de amplas consultas realizadas as bases empresariais, federações estaduais das indústrias, associações, sindicatos e também exportadores, importadores e investidores. O documento propõe uma otimização nas relações comerciais do país elevando para um patamar estratégico e não apenas como alternativa para crises internas do mercado. As sugestões voltadas para questões internacionais, passam por: governança do comércio exterior brasileiro; acordos comerciais; investimentos brasileiros no exterior; facilitação, desburocratização, logística e infraestrutura do comércio exterior; tributação, financiamento e garantias às exportações e aos investimentos; defesa comercial, entre outros (CNI, 2021).

Antes de avançar, é necessário entender um pouco do contexto histórico do comércio exterior brasileiro e que será melhor tratado na sequência.

2.3.1 Abertura de mercados: 1990

A década de 1990 trouxe diversas mudanças políticas, econômicas e até mesmo sociais para o país. Fazia-se necessária uma mudança na estrutura do comércio internacional brasileiro, principalmente para que o país fosse capaz de acompanhar as alterações de prioridades que estavam acontecendo no mundo e também da revolução tecnológica. O foco era incentivar as indústrias a galgarem patamares e padrões internacionais (LOPEZ; GAMA, 2010).

Algumas medidas foram realizadas, desde a eliminação de controles não tarifários, extinção de órgãos protecionistas e até mesmo a busca de estreitamentos internacionais, sendo a criação do bloco Mercosul um fator importante para esse processo de abertura internacional no país. A reunião de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se deu pelo Tratado de Assunção em 1991 almejando uma “integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional” (MERCOSUL, 1991, s/p.).

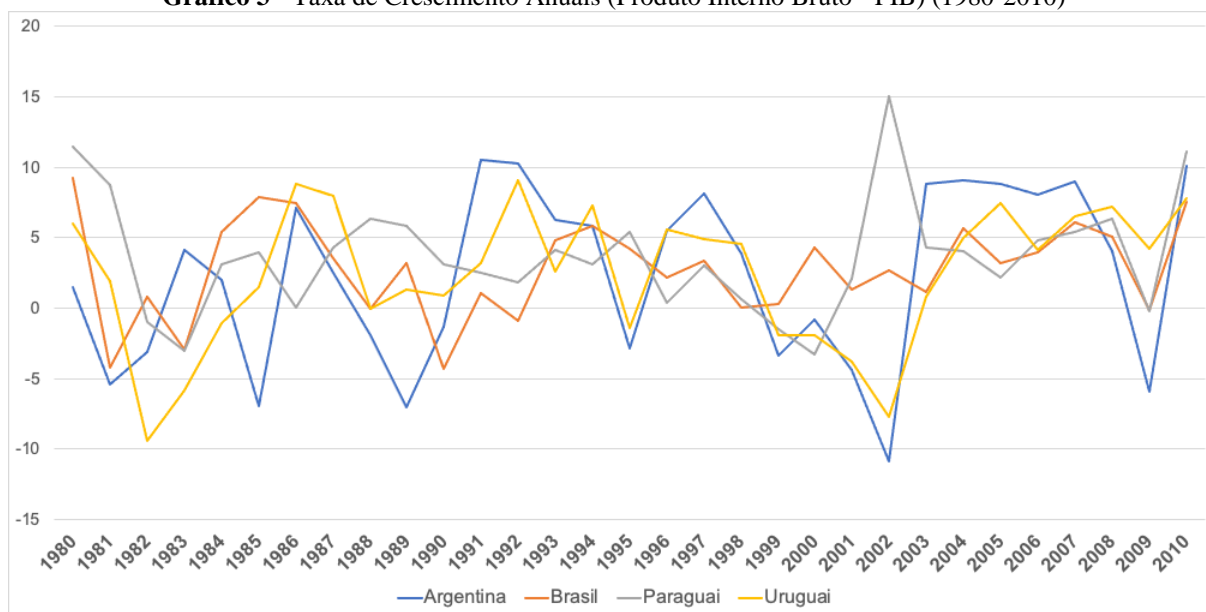
Nesse sentido, Gräf e Azevedo (2013) sinalizam que:

O MERCOSUL vem buscando consolidar suas políticas de comércio, de modo a estimular o comércio intrabloco e ajudar os seus países membros a manterem um crescimento elevado do seu PIB. Uma amostra disso é a rápida recuperação dos países do bloco da crise mundial de 2009, que logo após a crise retomaram o crescimento e, em 2010, alcançaram um patamar de crescimento do PIB de 7,9% a.a., maior nível de crescimento do PIB desde 1991 (GRÄF; AZEVEDO, 2013, p.136).

Os autores trazem o entendimento que a constituição do bloco Mercosul e também sua relação interna impulsionaram os países participantes, na ocasião, Argentina, Brasil, Paraguai

e Uruguai. Esse dado pode ser melhor verificado no Gráfico 3, ficando evidente o crescimento do PIB em 2010. É notório também o equilíbrio e o crescimento gerado a partir da assinatura do bloco em 1991, os números anteriores ao acordo, entre 1980 e 1990, eram, na maioria das vezes, negativos e nem todos os países conseguiam ter resultados satisfatórios.

Gráfico 3 - Taxa de Crescimento Anuais (Produto Interno Bruto - PIB) (1980-2010)



Fonte: Adaptado pelo autor de Unctadstat, 2020.

Passados praticamente quase 30 anos da criação do bloco, alguns pontos ainda precisam evoluir, pois é notório que a relação comercial entre os países integrantes possui uma grande representatividade para cada um dos países membros. A CNI (2021) apresentou sugestões para que o bloco possa ser fortalecido e consequentemente melhore a performance do comércio exterior brasileiro, dentre eles: trabalhar a importância econômica do bloco para a indústria e para o País; ampliar e aperfeiçoar o livre comércio intrabloco, principalmente quando se fala em: regras de origem, barreiras não tarifárias, comércio eletrônico e serviços; defender a participação do setor privado em reuniões do bloco; aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do Mercosul; aumento da transparência e celeridade na publicação de atas e normativas do bloco; aproximação e revisão de alguns acordos realizados pelo Mercosul com outros blocos ou países, dentre eles citam-se: União Europeia, México, Canadá, Índia, Israel, Japão, entre outros.

Avanços econômicos e melhorias da cadeia produtiva são alguns dos benefícios do Mercosul ao Brasil e demais países envolvidos. Tais ações e tentativas buscam uma aproximação ainda maior do Mercosul com outras grandes potências o que pode potencializar os resultados.

No Brasil, o período pós-tratado de Assunção foi também marcado pelo esforço governamental em equilibrar a economia do país (LOPEZ; GAMA, 2010). Fernando Collor de Melo (1990-1992), presidente na época, promovia uma abertura comercial internacional inserindo o país em um contexto internacional. Na ocasião, o país enfrentava problemas inflacionários e que se agravaram até a renúncia de Collor, alvo de investigações e processo de impeachment.

Assume o país, Itamar Franco (1992-1994) e com ele uma equipe econômica que deu continuidade em medidas econômicas já implementadas por Collor e que foram aprofundadas na ocasião, até chegar na implantação de uma nova moeda, o Real.

No que diz respeito ao ajuste fiscal, o governo Collor já havia executado medidas rigorosas nesse sentido. A âncora cambial lastreou-se no nível recorde das reservas internacionais, propiciado por um conjunto de políticas: desregulamentação da conta capital e financeira do balanço de pagamentos e elevação da taxa de juros, para atrair poupança externa financeira e produtiva; virtual equacionamento da dívida externa, com base no Plano Brady (IANONI, 2009, p.171).

O autor ainda complementa que a situação econômica do Brasil após a criação da moeda até meados de 2002, foi marcada pelo déficit comercial e em conta corrente. Esse resultado foi atenuado por um conjunto de ocorrências em combate a hiperinflação, iniciado antes mesmo da implantação do real, como exemplo: reduções tarifárias de importação, a valorização do real e o aumento das importações (IANONI, 2009).

Cano (2012) elenca fatos que causaram a desindustrialização no Brasil e, alguns deles registrados nesse período político do país. A valorização excessiva do câmbio, motivada pelo Plano Real; a desenfreada abertura comercial internacional da década de 90; a alta taxa de juros do país, que motiva a acumulação de capital e inibe os investimentos industriais; o investimento estrangeiro que se apresenta em sua predominância, especulativo. Por fim, ainda tem-se, a desaceleração da economia mundial.

Historicamente, países como a Alemanha, Japão, Coreia do Sul e a própria China realizaram ações de fortalecimento da indústria nacional, com políticas estatais de proteção e de financiamento as atividades industriais. Contudo, não é algo simples e barato de se realizar. A desindustrialização no Brasil, iniciada antes mesmo da abertura comercial, dificilmente será revertida sem uma política macroeconômica que esteja atrelada a políticas industriais. Além de se pensar no crescimento, pelas estratégias e estímulos de exportação, absorção de tecnologias e investimento em infraestrutura, é preciso considerar as necessidades básicas da população, como educação, saneamento, saúde, habitação e outros (CANO, 2012).

Mesmo com a desvalorização do real e consequente diminuição das importações, as exportações do país, não alavancaram e nem conseguiram equilibrar a balança comercial nesse período. O governo federal percebendo uma instabilidade no comércio internacional, resolve estimular uma mudança na prospecção de novos mercados, buscando assim, ampliar as saídas de mercadorias do país. Isso também foi resultado de preocupações políticas decorrentes as eleições presidenciais e possível alteração de governo (LOPEZ; GAMA, 2010).

Apesar da troca presidencial, a esperada reformulação, principalmente em questões econômicas, não sofreu grandes impactos. Lopez e Gama (2010) cita que o período compreendido entre 2003 a 2008 gerou ao Brasil um equilíbrio em sua balança comercial, sobretudo um melhor resultado para as exportações. Porém, passado o segundo semestre de 2008, o impacto da crise financeira que assolava todo o mundo também atingiu o Brasil em questões de produção industrial e retrações no crédito.

2.3.2 Pós-crise 2008

Apesar da sua culminância ter ocorrido em 2008, ainda em 2007, a crise financeira nos Estados Unidos já começava a dar seus primeiros sinais. O principal agente estava em torno do setor imobiliário com a alta demanda nos imóveis e consequentemente sua valorização. Contudo, o abalo ocorreu no setor financeiro como resultado das liberações de crédito sem garantias reais, além também do desemprego gerado (LIMA; DEUS, 2013).

Em notícia publicada pelo Nexo Jornal Ltda (2019), o Diretor Geral do FMI, em 2008, citou que a crise financeira apresentada era inédita e havia começado no centro do sistema, afetando assim o mundo inteiro concomitantemente. A primeira fase da crise é, portanto, identificada nos Estados Unidos, o que repercute no mundo todo, chegando na Europa em um segundo momento. Em 2013, instala-se a terceira fase com impactos diretos na China. Posterior a isso, a recuperação brasileira é lenta, pois todos os países afetados em seus respectivos momentos diminuem sua relação comercial e econômica com o Brasil.

Em um primeiro momento, decorrente do crescimento que se apresentava no Brasil, esperava-se não sentir fortemente o impacto, sendo dito pelo presidente na época, que não passaria de uma fase pequena e imperceptível. As ações, já conhecidas e replicadas em outras oportunidades, segundo Lima e Deus (2013) seriam medidas de expansão da liquidez, com maiores recursos de empréstimos; políticas macroeconômicas expansionistas, com a redução da taxa de juros básica; e o controle cambial, com a atuação do governo por meio de diversos instrumentos. Essas ações de políticas econômicas contribuíram para uma recuperação

brasileira pós-crise mais rápida, mas sua repetição e continuidade não asseguram os mesmos resultados do passado comprometendo, assim, a situação fiscal e econômica do país.

2.4 Balança Comercial Brasileira

Após um breve relato de dois momentos importantes para o Comércio Exterior Brasileiro, década de 1990, abertura de mercados e pós-crise de 2008, pontua-se o controle das exportações e importações realizadas pela Balança Comercial Brasileira.

Os registros de compra e venda internacionais são demonstrados na Balança Comercial. É importante dizer que se trata de registros de produto unicamente, o que não se enquadra como mercadoria contemplará a balança de serviços. O impacto da Balança Comercial afeta diretamente o Balanço de Pagamentos, que corresponde a todo o registro de transações internacionais realizadas pelo país com o resto do mundo.

Nesse sentido,

o balanço de pagamentos é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo. A série temporal de balanço de pagamentos do Brasil foi elaborada seguindo as diretrizes conceituais estabelecidas no Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional - FMI (BRASIL, 2002, s.p.).

Esse controle contábil e estatístico é de grande importância para que o país possa acompanhar sua situação econômica, gerando, ainda, subsídios para ações de estímulo comercial ou de proteção, caso haja algum tipo de desequilíbrio na balança comercial do país.

O Brasil já teve períodos preocupantes em que importava mais que exportava. Apesar de saber dos benefícios tecnológicos, advindos de países mais desenvolvidos, é preciso equilibrar as contas e estimular as exportações também para efeitos contábeis do país. O gráfico 01, já apresentado na página 04, mostra quão equilibrada tem sido a balança comercial, mantendo, no período de 2009 a 2019, o volume de exportações bem mais à frente do que as importações. Importantes para o comércio internacional, sejam na condição de troca de mercadorias e ou serviços, tais operações tornaram-se motivo de sobrevivência para todos os países no mundo, alguns com maiores necessidades na compra de mercadorias e outros na venda. Para acompanhar essa agilidade do mercado, as pessoas, empresas, governos e países precisam traçar estratégias que possibilitem o acesso às oportunidades e a evolução no âmbito comercial global (SEGALIS *et al*, 2012).

Keedi (2010) traz algumas motivações para que as empresas se interessem pelo comércio exterior. Alguns pontos são levados em consideração para que haja uma relação comercial entre países, dentre eles destacam-se:

- Recursos Naturais;
- Fatores Tecnológicos;
- Industrialização;
- Desenvolvimento da agricultura e pecuária;
- Interferências ou situações climáticas;
- Fatores de produção;
- Bens e serviços especializados;

A exportação corresponde às vendas internacionais de um país a outra nação, constituindo assim uma relação comercial além das fronteiras que busca gerar uma maior lucratividade para sua economia interna. Igualmente, gera aproximação dos países para futuras relações comerciais, políticas, econômicas, sociais e culturais (KEEDI, 2010).

A importação, operação inversa, propicia aos países acesso a novos produtos, tecnologia, aumento da carteira de fornecedores e qualidade diversificada em mercadorias. Mesmo havendo uma preocupação na concorrência gerada internamente no país, hoje não existe nação que seja autossuficiente em todos os setores, tornando necessária essa abertura de mercado (KEEDI, 2010).

O foco do estudo se aproximará, a maior parte do tempo, da aquisição de produtos de outro país que visam atender necessidades específicas do Brasil, ou seja, a importação. A inserção do país em uma concorrência global exige melhoria em seu processo fabril, na entrada de produtos de transformação a tecnologias que subsidiarão a entrega de produtos acabados com qualidade e possibilidade de competir com grandes empresas e mercados internacionais.

Juntamente com a importação está a possibilidade crescente de geração de empregos. Com isso, detalha-se melhor no próximo item, esses dois aspectos – Importação e Emprego – associados ao campo de estudo, sendo necessário entender o contexto do estado de Minas Gerais e posteriormente chegar à cidade-polo estudada, Varginha-MG.

Os materiais estatísticos das operações internacionais do país são resultado dos dados inseridos pelos contribuintes na base do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). As informações são tratadas e estruturadas de acordo com a necessidade governamental, possibilitando ações de proteção ou medidas de estímulos. No próximo tópico, é possível conhecer um pouco mais dessa importante ferramenta e de suas atualizações.

2.4.1 Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)

Instituído pelo Decreto nº 660/1992, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) é um sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro,

acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de um fluxo único e automatizado de informações (BRASIL, 2014).

Pelo sistema, é possível operacionalizar todas as transações de saída e entrada de mercadorias do país, possuindo tratativas para regimes comuns e especiais. Além dos usuários das operações – exportadores e importadores –, os órgãos anuentes e intervenientes no comércio exterior também podem acessar o sistema de acordo com o nível de influência e controle.

Os órgãos anuentes e intervenientes são entidades governamentais responsáveis pelo controle administrativo, normatização e entrada e saída de mercadorias no país, bem como liberação de licenças de comércio exterior (SEBRAE, 2018). No Quadro 1 estão listados aqueles que são vistos com mais frequência nas operações internacionais:

Quadro 1 - Órgãos Anuentes

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) |
| Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) |
| Comando do Exército (COMEXE) |
| Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) |
| Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) |
| Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX) |
| Departamento de Polícia Federal (DPF) |
| Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) atual Agência Nacional de Mineração (ANM) |
| Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) |
| Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) |

Fonte: Adaptado pelo autor de Sebrae, 2018.

Os órgãos anuentes também participam do processo aduaneiro, definido assim pela classificação do produto, identificando a necessidade de verificações especiais, análise conjunta com a Receita Federal ou ainda, dispensa de acompanhamento.

O primeiro módulo do SISCOMEX foi lançado em 1993, permitindo a diversos exportadores o controle, acompanhamento e liberação informatizada das mercadorias. Em 1997 foi a vez do módulo de importação e frequentemente o sistema evolui com atualizações e melhorias. A partir de 2014 uma nova plataforma foi desenvolvida, chamada de Portal Único

de Comércio Exterior ou Portal Único Siscomex, utilizando-se de uma nova metodologia conhecida e já aplicada em outros países, a abordagem *single window* (portal único), aplicando definições do Centro das Nações Unidas para Facilitação de Comércio e Negócios Eletrônicos (UN / CEFACT) (BRASIL, 2019a).

Essa atualização visa atender de forma mais eficiente a demanda do comércio exterior brasileiro de hoje e dos próximos anos, de modo a fazer com que o SISCOMEX se mantenha efetivo no cumprimento de seus objetivos simplificadores e integradores (BRASIL, 2019a).

Dentre as principais facilidades do sistema, pode-se citar algumas no contexto de redução de prazos e custos, existindo um ganho de eficiência pelos agentes públicos e conseqüentemente ao contribuinte. A integração de todos os órgãos intervenientes em um só sistema permite conferências conjuntas, diminuição de tempo na espera pelas fiscalizações e também a diminuição em danos decorrentes da redução do manuseio da carga (BRASIL, 2019a).

A transparência no processo e a previsibilidade também são pontos positivos das atualizações sistêmicas que o governo federal tem promovido. Todas as informações estão reunidas através do módulo visão integrada e assim os exportadores e importadores não precisarão acessar vários sistemas de diversos órgãos anuentes para saber da mesma mercadoria. O acesso às legislações vigentes em um único canal também é outra particularidade do sistema, tornando assim mais fácil a consulta pelos interessados (BRASIL, 2019a).

Em 2018 outras modernizações foram inseridas no contexto do comércio exterior brasileiro. De um lado, a exportação passa a ser realizada através da Declaração Única de Exportação (DU-E) trabalhando com integração entre os sistemas estaduais e federal. A partir da nota fiscal eletrônica a DU-E é gerada, evitando redundância de dados e retrabalho, aumentando a segurança e agilidade nas exportações. Na outra ponta a novidade é o início do projeto-piloto do Novo Processo de Importação e o despacho aduaneiro por meio de Declaração Única de Importação (Duimp) com diversas simplificações no lançamento de dados. A substituição do antigo processo de importação está prevista para ser concluída até 2021 (BRASIL, 2019a).

Dessa forma, pretende-se simplificar e agilizar todos os processos de consulta e acompanhamento, emissões de licenças, cumprimentos de exigências, anexações de documentos digitais, dentre outros serviços. As constantes alterações sistêmicas visam otimizar ganho operacional para os agentes e intervenientes, agilidade logística esperada pelos importadores e exportadores, além da melhora nos indicadores do país ajudando as relações internacionais como um todo (BRASIL, 2019a).

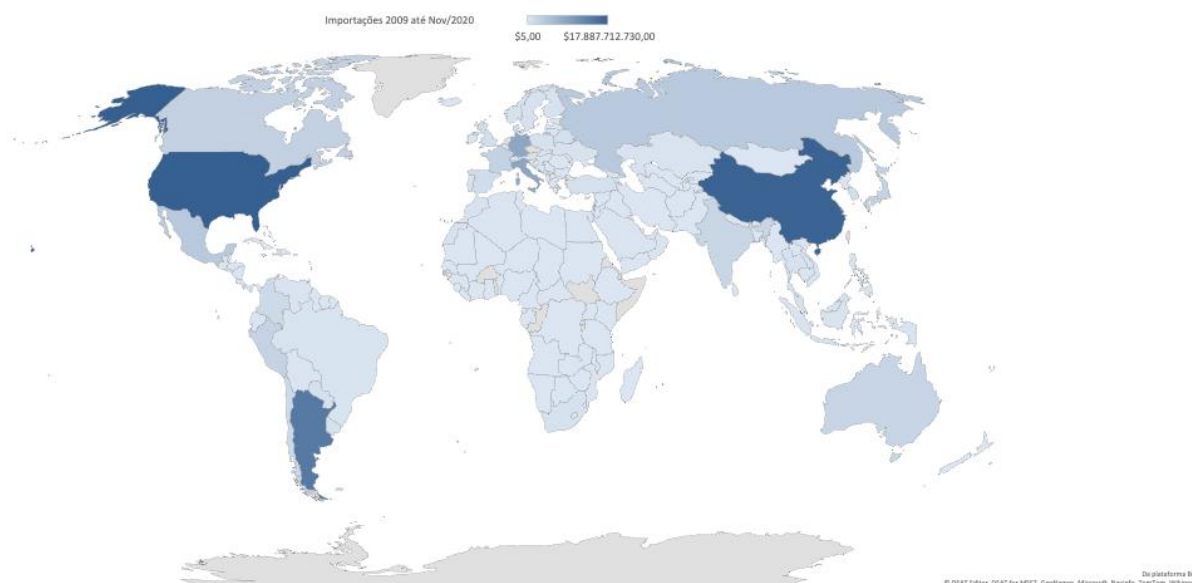
2.4.2 Importação e Emprego – Minas Gerais e Varginha

A representatividade do estado de Minas Gerais na economia internacional do Brasil possui um histórico crescente, no ano de 2020 a corrente comercial chegou a aproximadamente 34 Bilhões de dólares (FOB/US\$), colocando o estado na terceira colocação, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2019, o estado alcançou a 3ª colocação exportando mais de 25 Bilhões de dólares (FOB/US\$), o que corresponde a 11,3% dos produtos exportados do país nesse ano. E, na importação ficou na 7ª posição, com o valor de 9 Bilhões de dólares (FOB/US\$), o equivalente a 5,05% de todo material importado pelo país em 2019 (BRASIL, 2020b).

Apesar da pandemia de Covid-19, a exportação do ano 2020 no estado de Minas Gerais surpreendeu com um resultado positivo frente ao ano anterior, explicado por muitos produtos primários que são exportados pelo estado e que teve a demanda aumentada após os primeiros impactos da pandemia. Nas importações houve um acompanhamento do cenário nacional com uma retração perto de 13% quando comparado ao ano anterior de 2019 (BRASIL, 2021b).

China e Estados Unidos são os países de maior relação comercial com o estado mineiro, não diferente do que acontece no Brasil como um todo. É possível observar na Figura 1 a representatividade de cada país em valor FOB (US\$) importado pelo estado mineiro no período da presente pesquisa.

Figura 1 - Origens da importação de Minas Gerais (2009-2020)



Fonte: BRASIL, 2020b, elaborado pelo autor.

Ao estratificarmos as origens dos produtos importados por Minas Gerais é possível identificar outros países fornecedores. O levantamento apresentado na Tabela 2 a seguir, mostra

os 20 (vinte) principais países que exportaram seus produtos para o estado de Minas Gerais. O volume importado (FOB/US\$) engloba todo e qualquer tipo de material, seja produto acabado, matéria-prima ou material intermediário. Importante ressaltar que para o estudo interessa analisar os produtos que serão utilizados em processo de transformação e que esse aumento de capacidade produtiva pode significar um incremento na geração de postos de trabalhos.

Tabela 2 - Importação (FOB/US\$) – Origens

| ORDEM | ORIGENS | VOLUME IMPORTADO (FOB/US\$) |
|--------------|-------------------------|----------------------------------------|
| 1 | Estados Unidos | \$ 17.887.712.730,00 |
| 2 | China | \$ 17.426.521.883,00 |
| 3 | Argentina | \$ 14.381.926.039,00 |
| 4 | Itália | \$ 8.511.799.688,00 |
| 5 | Alemanha | \$ 8.376.924.411,00 |
| 6 | Rússia | \$ 3.742.296.385,00 |
| 7 | México | \$ 3.688.495.121,00 |
| 8 | Canadá | \$ 2.761.708.885,00 |
| 9 | Japão | \$ 2.601.949.151,00 |
| 10 | França | \$ 2.598.310.209,00 |
| 11 | Peru | \$ 2.503.880.764,00 |
| 12 | Austrália | \$ 2.231.708.621,00 |
| 13 | Índia | \$ 2.148.263.196,00 |
| 14 | Chile | \$ 1.642.784.027,00 |
| 15 | Colômbia | \$ 1.617.881.191,00 |
| 16 | Taiwan (Formosa) | \$ 1.184.286.505,00 |
| 17 | Espanha | \$ 1.144.259.383,00 |
| 18 | Dinamarca | \$ 1.070.673.489,00 |
| 19 | Coreia do Sul | \$ 994.637.425,00 |
| 20 | Países Baixos (Holanda) | \$ 908.176.550,00 |

Fonte: BRASIL, 2020b. Ministério da Economia, adaptado pelo autor.

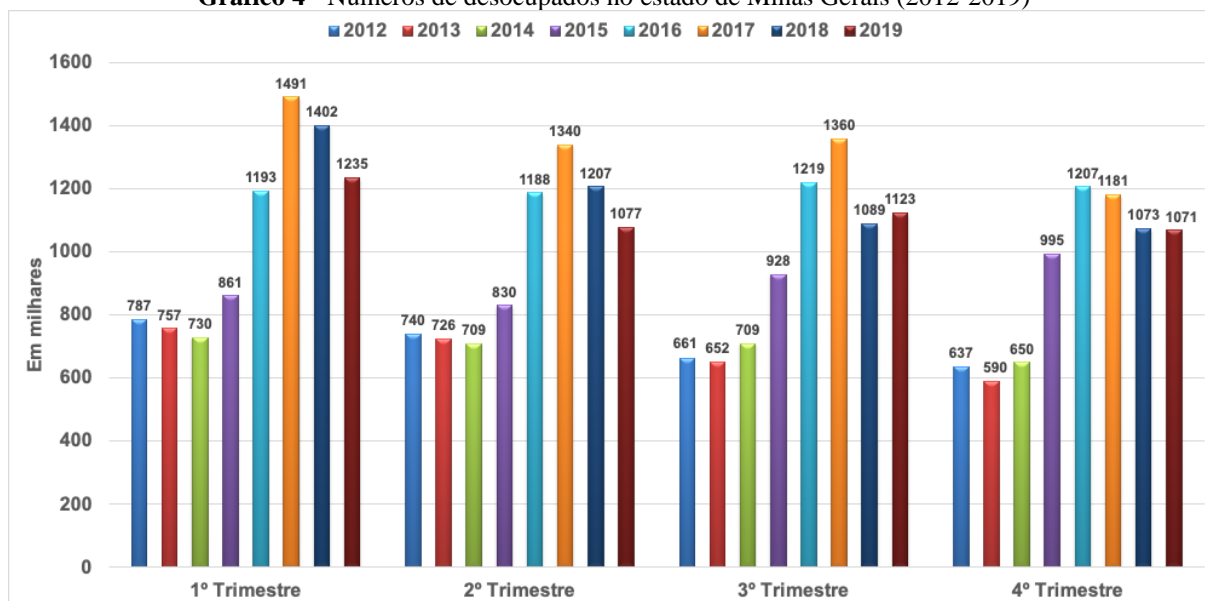
As importações de Minas Gerais, no primeiro mês de 2019, apresentaram uma estabilidade comparada aos meses anteriores. Segundo o Ministério da Economia (2019), US\$ 773,6 milhões foram movimentados somente em janeiro. O mesmo mês em 2020 apresentou

uma queda aproximada de 5%, com a cifra de US\$ 734 milhões em importação. Uma das possíveis explicações, segundo analistas, é uma desaceleração global na economia (BRASIL, 2020b).

Com relação ao emprego, outro enfoque do presente estudo, apresentam-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), pesquisa implementada pelo IBGE em 2012, após testes realizados pelo órgão no ano anterior. Os dados divulgados pretendem “acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (IBGE, 2020, s/p.).

A partir de dados da PNAD – IBGE e abordando a empregabilidade dentro do estado de Minas Gerais entre os anos 2012 e 2019, vê-se uma queda no número de desocupados (Gráfico 04), comparando ao ano 2017, frente ao aumento significativo de pessoas desempregadas a nível Brasil (IBGE, 2018). Nota-se uma queda de mais de 10% nos dois trimestres de 2019, comparado aos anos anteriores. No terceiro trimestre, temos uma pequena elevação no número de pessoas desocupadas no estado, seguida de um equilíbrio no quarto trimestre, comparado ao mesmo período do ano anterior e com o segundo trimestre, que apresentava uma tendência de queda maior. A retomada no crescimento e a geração de postos de trabalhos no município de Varginha/MG serão mais bem estudadas e pesquisadas na proposta do trabalho, associadas às importações da região.

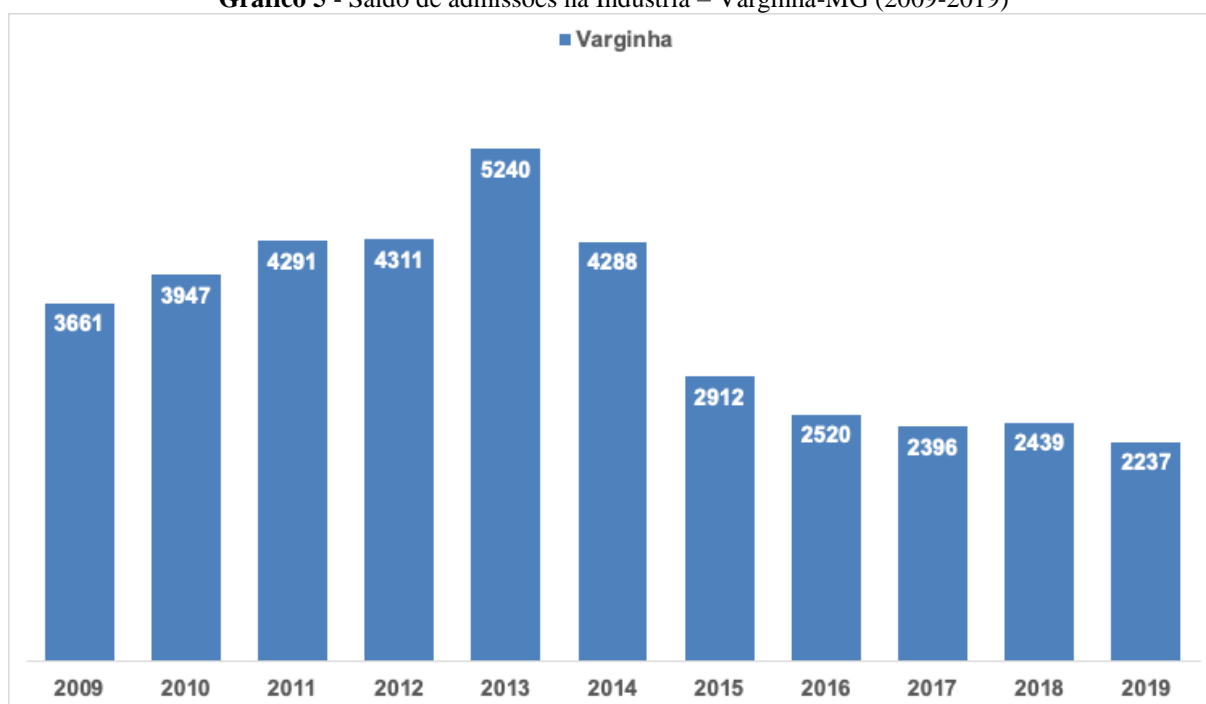
Gráfico 4 - Números de desocupados no estado de Minas Gerais (2012-2019)



Fonte: IBGE, 2020, elaborado pelo autor.

Os dados do Gráfico 4, permitem verificar uma queda na desocupação do estado de Minas Gerais no último triênio e essa constância apresentou-se como um fator positivo para o desenvolvimento geral da região. Se comparado os anos de 2018 e 2019, é possível encontrar uma queda de um pouco mais de 5% no número de pessoas desocupadas, ou seja, uma diminuição no número de trabalhadores que não possuem emprego formal. O Gráfico 5 apresenta um recorte da cidade pesquisada e com foco no setor industrial, exibindo os números de admissões no período pesquisado. Salienta-se a importância da criação de vagas e postos de trabalho na indústria associada à aquisição de produtos importados que serão transformados ou passarão em processo de modificação. Pelos dados obtidos é possível notar uma diminuição nas admissões a partir do ano de 2013 e com grande queda no ano de 2015.

Gráfico 5 - Saldo de admissões na Indústria – Varginha-MG (2009-2019)



Fonte: IBGE, 2020, elaborado pelo autor.

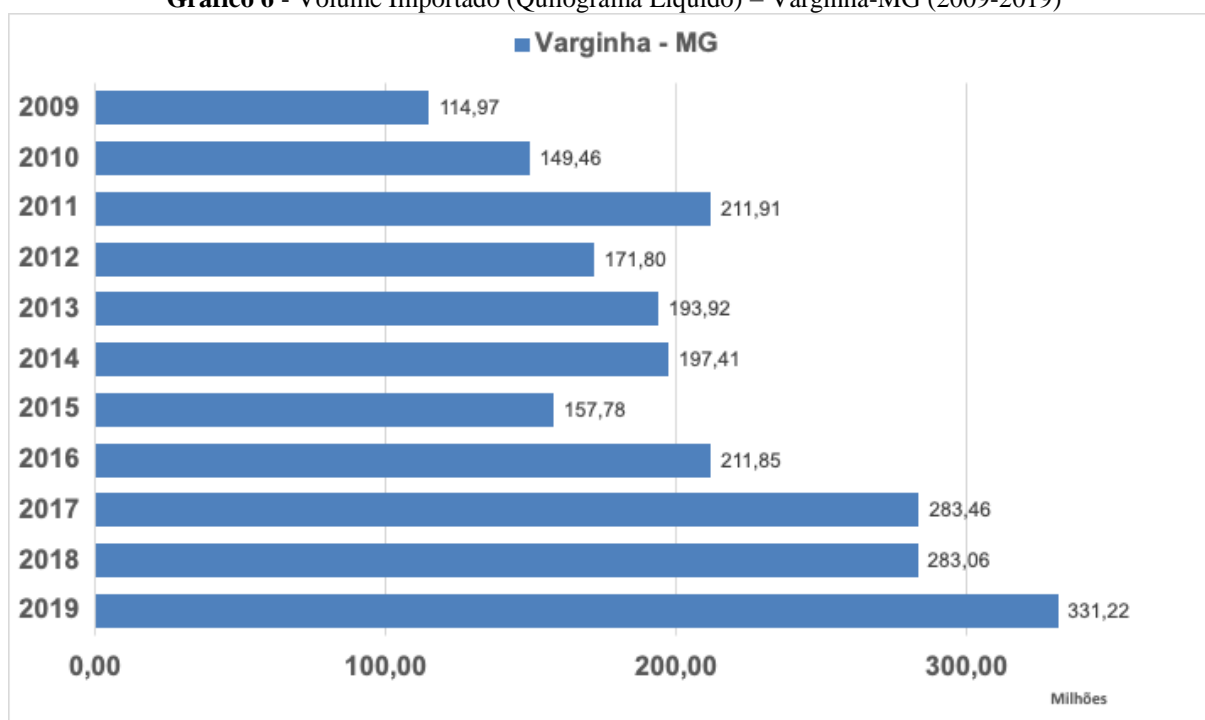
A partir de 2016, temos números que se aproximam de um equilíbrio, contudo ainda apresentando quedas, principalmente no ano de 2019. Analisando todo o contexto da cidade de Varginha, temos uma redução de quase 40% em oferta de vagas entre os anos de 2009 a 2019. Mesmo sendo uma cidade-polo, com inúmeras indústrias importadoras e com um volume de importação crescente, o saldo na geração de empregos apresenta queda desde 2013, mesmo demonstrando um impacto considerável neste indicador a partir da crise econômica que o Brasil vivenciou em 2015 e 2016.

Segundo dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (2017), o setor que mais emprega em Varginha é o setor de serviços com 48,7%, seguido do comércio 24,7% e na 3ª colocação o setor da indústria com 18,1%, números considerando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A empregabilidade, através da importação, pode ser crescente, principalmente quando se tem o fator industrial e de transformação. Assumpção (2007) frisa a importância que o processo de importação tem para o desenvolvimento do país, não só na questão econômica, mas também social. Isso é conseguido através do aumento comercial realizado entre as nações, além do progresso e qualidade nas transações realizadas.

Os dados do Gráfico 6 correspondem ao volume total importado na cidade de Varginha-MG em quilograma líquido, nos últimos 10 anos, assim observa-se um volume crescente de compras de produtos estrangeiros nos últimos anos.

Gráfico 6 - Volume Importado (Quilograma Líquido) – Varginha-MG (2009-2019)



Fonte: BRASIL, 2020b, elaborado pelo autor.

Os produtos importados são os mais variados, distribuídos em produtos da indústria química; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; plásticos, borrachas e suas obras; metais comuns e suas obras; matérias têxteis, calçados e outros. Porém, ao avaliar a participação dos produtos importados para o setor da indústria de transformação tem-se um resultado superior a 97% na média do período analisado, 2009 a 2019, e fechando o último ano de 2019 com uma

participação de 98,1% de produtos importados pela indústria de transformação (BRASIL, 2020b).

Assim, percebe-se uma grande demanda da indústria por produtos importados e que buscam atender os mais variados objetivos, desde a qualidade de matéria prima até a melhoria de processos promovidos pelas novas tecnologias. Os próximos passos da discussão teórica visam entender um pouco mais sobre benefícios de importação que auxiliam na redução de custos, aumento da lucratividade e outros fatores esperados para a ampliação de oportunidades e vagas de emprego.

2.5 Benefícios Fiscais na Importação

Os estímulos fiscais e benefícios usualmente decorrem de políticas federais, estaduais ou até mesmo municipais, sendo que, no âmbito do comércio exterior, a maior incidência é federal ou estadual. Assim, tais benefícios fiscais visam dar impulso a empresas, desenvolver setores, regiões, atividades e outros segmentos. “Quando o Estado concede um incentivo ou benefício fiscal, ele abre mão de pelo menos parte da receita que seria arrecadada com aquela atividade, setor, grupo ou pessoa favorecidos, o que pode representar uma perda na arrecadação” (ALMG, 2020, s/p.).

O uso, obtenção ou ainda a manutenção desses benefícios passa por legislações específicas e que devem ser conhecidas e principalmente cumpridas pelos usuários. O presente tópico não esgotará tal assunto, contudo busca-se trazer algumas informações sobre a temática que pode influenciar o comportamento das empresas em relação à importação e contribuir para entender melhor os resultados que a presente pesquisa pretende levantar.

De acordo com Glasenapp (2016, p.11) “é preciso lembrar que as principais fontes do Direito são as leis e normas jurídicas instituídas pelo Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário”. O estudo do tema também será envolvido por indicações das legislações tributárias e aduaneiras, trazendo os principais benefícios utilizados na importação e suas possíveis aplicações e ganhos.

O primeiro passo na busca de benefícios é conhecer bem a classificação fiscal de cada mercadoria, denominada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Sua definição norteará a empresa sobre quais serão suas obrigações, tributos a recolher, aplicação de benefícios, reduções, regimes especiais e tratamentos administrativos específicos (FONTES, 2018).

a) Ex-Tarifário

Após a definição correta da classificação fiscal (NCM), é possível iniciar um estudo dos possíveis incentivos provenientes da legislação em vigor. O Ex-tarifário é uma exceção para os tributos existentes para o referido bem, sendo possível aplicar uma alíquota diferente, usualmente menor do que a atual, para o produto que enquadrar na exata situação descrita no Ex-Tarifário. Tal situação é possível encontrar para o Imposto de Importação (II) estando disponível na Tarifa Externa Comum (TEC)³ e também para o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) assinalados na Tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI)⁴.

A presente redução visa um bem maior que é estimular o setor produtivo principalmente, dessa forma, as mercadorias devem corresponder a um grupo específico, sendo eles:

- Bens de Capital (BK); e
- Bens de Informática e de Telecomunicações (BIT).

A classificação do produto deve corresponder a uma dessas características, podendo ser aplicadas a suas partes, peças e componentes e que também não possuem similar nacional ou produção equivalente e que estejam na condição de produtos novos. Importante dizer que se trata de exceções temporárias, podendo ser alteradas a qualquer momento e que nem sempre são reduções, existindo condições em que as exceções obrigam aplicação de alíquotas maiores, normalmente para situações específicas de controle ou proteção do mercado nacional (BRASIL, 2020d).

Outro dado importante e pertinente a salientar é que existem exceções concedidas pelo governo e outras que são pleiteadas pelo contribuinte. Contudo, ambas são de domínio público, ou seja, podem ser utilizadas enquanto válidas, por qualquer empresa que deseja importar e que preencham os quesitos necessários, principalmente que a mercadoria contemple as orientações. O Ex-tarifário é uma alternativa para empresas que buscam atualização e modernização de equipamentos com foco na produção e que acabam por colaborar com o desenvolvimento do parque industrial nacional e da infraestrutura brasileira (BRASIL, 2020d).

³ O Brasil adota a Tarifa Externa Comum (TEC) e a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) decorrente sua participação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O país segue orientações estabelecidas, desde 1992, respeitando assim, a competitividade dos Estados Partes. Assim, todas as mercadorias classificadas pela NCM seguem as definições contidas na TEC permitindo exceções de códigos ou partes deles (Ex-tarifários) e que estejam acordados em instrumentos legais entre os países membros do bloco (BRASIL, 2016).

⁴ Tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados (TIPI) corresponde ao Decreto 8.950/2016, com atualizações posteriores e que está baseado no sistema harmonizado de designação e de codificação de mercadorias contemplando assim as alíquotas para cálculo do referido imposto (BRASIL, 2020d).

b) Imunidade, Isenção, Redução, Não incidência e Suspensão

O planejamento tributário, realizado por diversas tratativas legais, pode auxiliar na desoneração dos impostos devidos pelas empresas, principalmente as importadoras que possuem uma alta carga em suas operações. O intento é utilizar de recursos idôneos para maximizar os ganhos, que, se reinvestidos corretamente, contribuem para o desenvolvimento e aumento da lucratividade da empresa. De tal modo, a utilização de imunidades tributárias, isenções e não incidência do imposto são práticas sadias e muitas vezes desconhecidas.

A imunidade tributária é materializada pela Constituição Federal de 1988 estabelecendo, assim, a oportunidade de não recolhimento do imposto devido à inexistência tributária, ou seja, sem criação do fato gerador para a cobrança. Já na isenção tributária, o fato gerador ocorre, existindo uma dispensa legal do efetivo pagamento do tributo, nessa situação, não será realizado o lançamento do crédito tributário pelo fisco (ALMEIDA, 2018).

Toda mercadoria importada passa por uma análise da classificação fiscal para que seja também identificada as alíquotas de cada tributo, em algumas situações, encontra-se uma alíquota zerada. Semelhante ao que ocorre na isenção tributária, a incidência existe, porém, o valor a ser recolhido é nulo. Na matemática, todo número multiplicado por zero será igual a zero, assim, não há imposto a recolher (ALMEIDA, 2018).

Almeida (2018) ainda relata outra situação denominada de não incidência tributária, nesse aspecto, o imposto não será devido pela ausência de elementos que constituirão a sua cobrança. Tais aplicações são importantes e precisam ser aprofundadas de acordo com as legislações específicas de cada setor ou segmento empresarial, pois o não conhecimento tributário pode gerar prejuízos à empresa.

2.6 Regimes Especiais - Estadual

Assim como a União, o Estado também promove a concessão de benefícios ou incentivos fiscais, isso ocorre em ampla escala ou para setores específicos e por força de lei. Dessa forma, o estado abre mão da entrada de recursos e isso poderá acarretar problemas financeiros para a entidade, sendo necessária uma avaliação de impacto no orçamento financeiro e também comprovação que a diminuição de recursos não afetará a meta fiscal (ALMG, 2020).

A avaliação dos riscos gerados pelos benefícios ou incentivos poderão indicar uma alteração em alíquotas dos impostos, mudança da base de cálculo ou ainda criação de novos recolhimentos, significando, assim, medidas de compensação realizadas pelo ente estadual a

fim de promover estímulos às empresas e conseqüentemente criação de oportunidades para a sociedade (ALMG, 2020).

O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, conforme previsto no artigo 155, inciso II, da Constituição de 1988, se tornando um dos principais meios para arrecadação de recursos e financiamento de ações do governo. Cada ente possui sua própria legislação cabendo aos contribuintes, principalmente pessoa jurídica, seguir o seu domicílio fiscal. Em Minas Gerais o Regulamento do ICMS (RICMS) foi aprovado pelo Decreto n° 43.080/2002, vigorando também a Lei n° 6.763/1975 (ALMG, 2020).

Outro ponto analisado cautelosamente, antes de uma concessão de benefícios, é o controle existente para que não haja conflito dos benefícios entre os estados, sendo celebrados de forma interestadual na esfera do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. Isso se dá por meio de encontros com todos os representantes de cada estado sendo necessária a decisão unânime para concessão de benefícios. A revogação ou alteração acontece por aprovação de quatro quintos dos presentes (ALMG, 2020).

Os incentivos no estado mineiro são os mais diversos e cabe ao contribuinte solicitar ou buscar cumprir os quesitos para usufruí-lo. Dentre as opções pode-se citar as seguintes formas (ALMG, 2020):

- Anistia: quando de forma legal ocorre o perdão de multas resultantes de violações à legislação tributária;
- Remissão: trata-se de uma dispensa, autorizada por lei, da fazenda pública que poderá ser total ou parcial referente ao pagamento do tributo devido;
- Crédito presumido: técnica que permite o abatimento do valor do imposto a pagar (ICMS) realizado de acordo com créditos gerados na entrada e debitados na saída das mercadorias ou prestações de serviço;
- Isenção: com previsão legal, exclui-se o crédito tributário desde que se preencha todos os requisitos necessários;
- Redução de base de cálculo: desconsidera-se um valor da base de cálculo, resultando em uma alíquota menor;
- Redução de alíquota: diminuição da alíquota aplicada, podendo chegar a zero com efeitos similares à isenção;

O estado de Minas Gerais, visando o desenvolvimento das empresas, geração de emprego e melhor distribuição de renda, oferece ainda outras formas de incentivos e que estão atreladas diretamente a um segmento, setor ou condição, como exemplo benefícios à indústria e também nas operações de comércio exterior. Para o estado, o crescimento sustentável é composto de sua atuação como facilitador das operações e também uma boa estrutura industrial, recursos naturais corretamente explorados e níveis suficientes de tecnologia de produtos e serviços (ALMG, 2020).

2.7 Regimes Aduaneiros Especiais – Federal

Existem diversas alternativas para que empresas que operam com o Comércio Exterior possam usufruir de benefícios que envolvem desde o fracionamento da carga, auxiliando o fluxo de caixa, até operações temporárias sendo útil no tempo necessário para as execuções de projetos e demandas. Assim, as operações que não se enquadram nas aplicações simples e normais poderão utilizar os chamados regimes aduaneiros especiais (BRASIL, 2019b).

Tais operações especiais buscam oferecer aos operadores do comércio exterior brasileiro alternativas que estão além da desoneração de impostos, gerando controles administrativos diferenciados, aumento de flexibilidade, disponibilidade e qualidade aos produtos finais. Esse ponto busca fomentar a participação brasileira no mercado internacional como um todo, principalmente na questão competitividade (BRASIL, 2019b).

O Decreto 6.759 de 2009 atualizado até o Decreto 10.550 de 2020 refere-se ao Regulamento Aduaneiro Brasileiro, norma importante e responsável por toda a administração, fiscalização, controle e tributação das operações aduaneiras do país. Existem ainda as normas complementares, portarias, resoluções e instruções normativas, que buscam operacionalizar e detalhar as situações já tratadas no Regulamento Aduaneiro (RA). Dessa forma, todos os regimes aduaneiros especiais promulgados no RA também possuirão sua norma complementar.

Nesse sentido, o Quadro 2 relaciona os principais regimes aduaneiros, os artigos do regulamento aduaneiro e a principal norma complementar que trata do assunto.

Quadro 2 - Principais Regimes Aduaneiros Especiais

| ASSUNTO | ARTIGOS - RA | NORMA COMPLEMENTAR |
|----------------------|-----------------------|---------------------------|
| TRÂNSITO ADUANEIRO | Art. 315 até Art. 352 | IN 248/2002 |
| ADMISSÃO TEMPORÁRIA | Art. 353 até Art. 382 | IN 1600/2015 |
| DRAWBACK | Art. 383 até Art. 403 | Portaria Secex 23/2011 |
| ENTREPOSTO ADUANEIRO | Art. 404 até Art. 419 | IN 241/2002 |

Continua

Conclusão

| | | |
|-------------------------------------------|-----------------------|--------------|
| EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA | Art. 431 até Art. 457 | IN 1600/2015 |
| DEPÓSITO ESPECIAL – DE | Art. 480 até Art. 487 | IN 386/2004 |
| DEPÓSITO AFIANÇADO – DAF | Art. 488 até Art. 492 | IN 409/2004 |
| DEPOSITO ALFANDEGADO CERTIFICADO – DAC | Art. 493 até Art. 498 | IN 266/2002 |

Fonte: o autor, adaptado BRASIL, 2019b.

Importante frisar que todos os atos legais poderão ser atualizados, devendo o gestor da empresa ou o profissional da área verificar as informações na ocasião da utilização dos Regimes Aduaneiros Especiais.

Portanto, os regimes aduaneiros especiais se apresentam como alternativas logísticas, estratégicas e financeiras de acordo com a qualidade e utilização de cada empresa.

2.7.1 Drawback

Dentre todos os regimes especiais, o *Drawback* apresenta-se como um diferencial para o desenvolvimento das exportações do país e age em consonância com a desoneração tributária na importação e aquisição de matéria-prima. Isso proporciona uma redução do custo de fabricação e permite uma maior competitividade dos produtos brasileiros, colocando-os em reais condições de concorrência com as grandes empresas internacionais (BRASIL, 2019b).

De origem de palavra inglesa, o regime busca reembolsar o exportador de seus custos tributários (RESENDE, 1986), criando assim, uma maior margem para definição do preço do produto, aumento na lucratividade e criando maior possibilidade de acesso aos mercados concorrentes (LOPEZ; GAMA, 2010).

Mesmo estando o incentivo e estímulo voltados para exportação, a aquisição de matéria prima e produtos intermediários utilizados na produção e/ou reposição de estoque pode ocorrer pelo processo de importação e com aplicação do regime aduaneiro especial de *Drawback*. Essa operação habilita o importador a utilizar isenção ou suspensão dos impostos, de acordo com a respectiva modalidade, favorecendo o fluxo de caixa da empresa, justificando assim sua inclusão neste estudo.

O regime foi criado em 1966 pelo Decreto Lei 37/1966 e ainda confundem sua aplicação nos incentivos às exportações. Sua criação, primeiramente, trazia benefícios somente na importação de matéria-prima, que desde o ano 2010 oferece também isenções e/ou reduções para produtos adquiridos no mercado nacional. É importante pontuar que esse regime atua na

transformação do material entrante, sendo o seu resultado destinado à exportação (BRASIL, 2019c).

Para uma melhor organização, o regime aduaneiro especial de *Drawback* divide-se em três modalidades principais, possuindo ainda alguns desdobramentos entre elas: Suspensão, Isenção e Restituição (CASTRO, 2005). As modalidades isenção e restituição oferecem maior segurança visto que o beneficiário exporta primeiro e depois solicita o benefício para reposição de estoque. A restituição do imposto passa por uma análise criteriosa e nem sempre é autorizada, fazendo com que essa modalidade tenha sido pouco utilizada nos últimos tempos (BRASIL, 2019b).

O *Drawback* suspensão é a modalidade que oferece maior retorno financeiro e também a que apresenta maior risco, visto que a exportação acontecerá posterior à fabricação do bem. A extinção do regime do *Drawback* é caracterizada pela exportação do produto acabado. Em caso de descumprimento o contribuinte precisará recolher os impostos suspensos com juros e correção monetária (BRASIL, 2019b).

Segundo dados da Coordenação de Exportação e Drawback (COEXP)⁵, o percentual de exportações com *Drawback* no ano de 2018 corresponde a 20% do total exportado, existindo uma grande margem de utilização do regime e podendo aumentar ainda mais os ganhos das empresas que utilizam tal regime (BRASIL, 2019c).

Mesmo sendo um regime antigo, muitas empresas não possuem o conhecimento suficiente para operacionalizá-lo. O controle é uma particularidade para utilização do regime, principalmente quando a modalidade for a suspensão, que a comprovação do regime é realizada posteriormente. Existem ainda diversas hipóteses do porquê essa ferramenta tão antiga não possuir um número maior de utilização, por exemplo: o regime é aplicado pelas mesmas empresas, não há interesse por outros exportadores em conhecer o regime, a finalidade do regime não contempla todas as situações para exportação, o processo é burocrático e oferece perdas maiores que os ganhos que são conseguidos. Enfim, várias podem ser as situações e que levam a outro problema de pesquisa, sugerindo novos estudos e aprofundamentos futuros.

Os benefícios gerados com a utilização do regime englobam praticamente todos os impostos federais da cadeia, o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), as Contribuições para Pis/Pasep e Cofins; e também o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), no âmbito estadual, além do

⁵ Os relatórios disponibilizados pela COEXP não possuem uma série histórica, dificultando analisar todo o período do estudo.

Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM incidente nos casos marítimos sobre o frete internacional. O estudo da modalidade a ser aplicada interfere diretamente nos ganhos financeiros oferecidos ao contribuinte (BRASIL, 2019c).

2.7.2 Entrepasto Aduaneiro Importação

O regime especial de entreposto aduaneiro possui aplicação tanto na exportação quanto na importação, com algumas diferenças. Na primeira situação sua utilização é mínima e, como esse estudo está associado a importação, detalhar-se-á essa operação. Dessa forma o entreposto aduaneiro na importação será aplicado em armazenamento de mercadorias em recintos alfandegados (zonas secundárias), com a suspensão dos tributos federais e permitindo o pagamento dos tributos de acordo com as retiradas parciais das mercadorias (BRASIL, 2019b).

Tal operação possibilita a empresa trabalhar melhor seu fluxo de caixa, visto que os pagamentos dos impostos poderão ser fracionados de acordo com a necessidade real da empresa. Nessa situação, não existe uma redução tributária e sim uma gestão entre a rápida reposição do estoque, diminuição de custos logísticos e flexibilidade no recolhimento integral do imposto. O gestor da empresa precisará verificar quais são riscos, custos e ganhos com a aplicação desse regime especial.

Atualmente o entreposto é orientado pela Instrução Normativa 241 de 2012 e artigos 404 ao 419 do Decreto 6.759 de 2009. O regime poderá ser operacionalizado em um período de 12 (doze) meses, aceitando uma prorrogação por igual período, totalizando 24 (vinte e quatro) meses. Será necessário estabelecer um acordo comercial com o fornecedor internacional, pois em caso da não utilização o importador poderá devolver ou exportar os itens não utilizados. Em casos justificados e se a autoridade aduaneira entender, o prazo para aplicação do regime poderá ser flexibilizado (BRASIL, 2019b).

2.7.3 Admissão Temporária

O regime especial de admissão temporária oferece o recolhimento de imposto proporcional ao tempo em que os bens serão utilizados no país, ou seja, haverá um prazo fixado para essa operação. As mercadorias importadas poderão ficar no país temporariamente usufruindo de suspensão parcial do pagamento de tributos (BRASIL, 2019b). Existem modalidades em que a suspensão será total conforme detalhado abaixo:

- a. Admissão temporária com suspensão total de impostos: aplicada a eventos esportivos, feiras, demonstrações científicas, educacionais, realização de testes, entre outras situações que não haverá produção de bens ou prestação de serviços com o item importado (BRASIL, 2019b).
- b. Admissão temporária para aperfeiçoamento ativo: possui suspensão total de impostos e é destinada especificamente para que possa ser realizado algum beneficiamento, montagem, recondicionamento, conserto, reparo ou manutenção (BRASIL, 2019b).
- c. Admissão temporária para utilização econômica: o bem importado possui fins de produção de outros bens ou prestação de serviço, ou seja, haverá fins comerciais. Dessa forma, o importador recolhe imposto proporcional ao tempo de permanência no país, correspondendo a 1% (um por cento) por mês. Exemplo: Uma máquina ficará durante 15 (quinze) meses, portanto será recolhido 15% do montante do tributo integral (BRASIL, 2019b).

O presente regime contribui no recolhimento de imposto de acordo com o tempo de utilização do bem, não sendo necessário o desembolso de imposto integral por um item que não terá aplicação definitiva na empresa. Os artigos 353 ao 382 do Decreto 6.759/2009 e a Instrução Normativa 1600 de 2015 são os principais atos legais para orientação desse regime.

2.8 Teorias de Desenvolvimento Econômico

Para uma breve contextualização é preciso iniciar o desenvolvimento regional a partir da ótica do desenvolvimento econômico propriamente dito, pois a conceituação histórica contribui para um melhor entendimento das teorias posteriormente apresentadas. Historicamente, Corrêa *et al.* (2019) aborda esse assunto e inicia a partir da semelhança com o crescimento econômico, assim, levanta-se uma primeira hipótese de que o crescimento seria imprescindível para o alcance do desenvolvimento econômico.

Corrêa *et al.* (2019) faz referência ao tempo medieval quando nações demonstravam suas riquezas a partir do poder que exerciam através da quantidade de metais preciosos acumulados. Conseqüentemente a essa ideia, vem a importância das riquezas geradas pela terra, sendo alvo de trocas e barganha. E, após esses entendimentos, vem a era em que toda ação produtiva fosse recompensada por salários e estes gerariam o consumo das pessoas e que variam de acordo com a troca proposta, ou ainda, com o que fosse excedente.

Para os clássicos, o crescimento econômico é a base da noção de desenvolvimento de uma nação. Esse crescimento era compreendido como decorrência do aumento da produtividade do trabalho, o que resultaria na acumulação de capital que, se distribuído adequadamente, asseguraria a direção ao estado estacionário de sociedade equilibrada (CORRÊA *et al.* 2019. p.5).

A ideia de equilíbrio é notada em grande parte do estudo das teorias econômicas e com isso surgem também os estudos que abordam a dinâmica regional como fator de desenvolvimento. Diversos são os estudiosos e criadores das teorias econômicas, estando algumas delas atreladas a questões de espaço, região e localidade. O Quadro 3 enumera alguns dos principais teóricos que buscavam entender na época o desenvolvimento regional e suas aplicações em busca de um crescimento consistente.

Quadro 3 - Principais Teorias de desenvolvimento

| | | | | |
|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Teoria | Polos de Crescimento | Causação Circular Cumulativa | Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento | Base de Exportações |
| Autor | François Perroux (1903 – 1987) | Gunnar Myrdal (1898 – 1987) | Albert Hirschman (1915 – 2012) | Douglass North (1920 – 2015) |
| Princípio | O crescimento econômico se propaga a partir de polos com diversos efeitos e intensidades. | Fatores negativos podem ser causadores e efeito de outros aspectos negativos. | O progresso não acontece ao mesmo tempo para todos envolvidos, usualmente se concentra a partir do ponto inicial. | Reflexo do estímulo dos produtos exportáveis para o desenvolvimento da região. |

Fonte: Lima e Simões, 2010, adaptado pelo autor.

a) Polos de Crescimento

Das presentes teorias, pode-se relacionar com o estudo a teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento de François Perroux que busca justamente entender as diferenças do crescimento regional. O desenvolvimento pelo conceito da teoria dos polos de Perroux abarca questões qualitativas, não se restringindo apenas ao que se pode contar. O impacto nas estruturas regionais também é outro ponto abarcado nesse contexto (MARCHIORO; GUBERT; GUBERT, 2014).

Para Perroux a questão espacial deve ser considerada e como o crescimento econômico ocorre variavelmente sem igualdade em pontos diferentes. Nesse contexto, existem três elementos a ser considerados, onde há a presença de uma indústria-chave que a partir do seu crescimento consegue alavancar seus fornecedores. O regime não concorrencial do complexo que coloca a indústria em um estado acima do concorrente, além do ponto de concentração territorial, o que aquece os setores e serviços aliados ao crescimento da indústria, transformando assim a região geográfica do polo (LIMA; SIMÕES, 2010).

Boudeville difere em alguns pontos de Perroux, mas segue a linha regional trabalhando as noções de espaço como desenvolvimento e coloca a importância das políticas econômicas nacionais para equilibrar o crescimento. A integração do todo é importante e auxilia o crescimento de forma harmônica (LIMA; SIMÕES, 2010).

Souza (2005) analisa a teoria na ótica de que o crescimento de alguma região específica poderá se expandir para áreas interligadas. Essa ocorrência perpassa por recursos naturais, humanos, mercado e produção. Pontos esses que impulsionam a indústria e conseqüentemente suas ações regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

No contexto desta teoria, cabe destacar a existência da indústria motriz e da indústria-chave. Segundo Souza (2005, p. 89), a indústria motriz "além de possuir efeitos de encadeamento superiores à unidade, do ponto de vista da matriz de insumo-produto, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus efeitos de encadeamento".

Para uma efetiva participação no desenvolvimento local e regional a ideia é colocar essas indústrias em pontos próximos - ligados por ferrovia ou autoestradas - cidades que alimentassem as grandes regiões. Assim aconteceu na França, rodeada por oito metrópoles, Inglaterra e as quatorze cidades, e no Brasil em torno de São Paulo e Rio de Janeiro (SOUZA, 2005).

Esse entendimento provoca um crescimento nas regiões periféricas maior que os grandes centros e contribui para a redução da desigualdade regional. Importante ressaltar que a região deve trabalhar seu desenvolvimento interno, não dependendo somente da indústria motriz pertencente ao polo regional (SOUZA, 2005).

b) Causação Circular Cumulativa

Outra teoria trazida à luz da discussão está na separação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos na ótica de Myrdal e a sua teoria da causação circular. Olhando internamente já é notório a diferenciação econômica existente dentro de um único país e suas regiões, assim, temos também esse distanciamento entre os países o que de certa forma prejudica o desenvolvimento do país na ótica internacional (LIMA; SIMÕES, 2010).

O ciclo defendido pelo autor é o que um ponto negativo é capaz de gerar e reincidir em toda cadeia, gerando assim novos problemas ou aumentando a proporção daquele ponto negativo. Se existe problemas em uma região com a empregabilidade isso acarreta conseqüências negativas como perda de renda, migração e que contribuem no aumento da disparidade social e assim conseqüentemente dificulta estabelecer um desenvolvimento para a região. Myrdal defende projetos a níveis estratégicos e que visem atender todas as regiões, com

incentivo de investimentos internacionais, infraestrutura, saúde, educação, treinamentos, ações de desenvolvimento da agricultura, ou seja, englobar todos os setores econômicos e sociais (LIMA; SIMÕES, 2010).

c) Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento

Apresentando a teoria de Hirschman, nota-se que o desenvolvimento econômico não é simultâneo nas regiões e/ou países e que se instala próximo ao ponto inicial, assim sua teoria transcorre sobre o desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento. O autor relata a diferenciação em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo esse último maior dificuldade para avançar e gerar crescimento (LIMA; SIMÕES, 2010).

A ideia que o desenvolvimento acontece ao mesmo tempo é criticado principalmente por gerar falsas expectativas, além dos enclaves na economia. Sua proposta está em investimentos planejados e que sequencialmente realizados possam gerar uma constância e solidez de crescimento. Investir em uma área e já programar a seguinte sabendo quais serão os possíveis reflexos no projeto posterior tende a facilitar o próximo trabalho a ser realizado. Essa dinâmica deve estar atrelada ao retorno social que os mesmos poderão gerar para o desenvolvimento da região e/ou país (LIMA; SIMÕES, 2010).

d) Base de Exportação

A teoria da base de exportação é relatada por Douglas C. North descrevendo a representatividade dos produtos de uma certa região na situação de bens exportáveis, havendo um ganho, principalmente relativo aos custos da produção e gerando uma vantagem comparativa ao país. O desenvolvimento dessa teoria está no crescimento das economias e estímulo da competitividade, ficando o alerta para que não haja apenas um único produto nessa categoria e que a diversificação deve, também, gerar valores agregados buscando um maior retorno financeiro. Ele coloca, também, o efeito multiplicador nas importações que não deve ultrapassar o efeito multiplicador das exportações, base dessa teoria, e que os produtos importados devem atender uma parte local, inclusive na geração de empregos e outra parte na geração de novos produtos a serem exportados (LIMA; SIMÕES, 2010).

Cabe aqui salientar a importância de organizações de comercialização, dos sistemas de crédito e de transportes, a existência de mão-de-obra qualificada e de indústrias complementares, cujo objetivo seria melhorar a competitividade dos produtos de exportação (LIMA; SIMÕES, 2010, p.25).

Essa capacitação busca promover a região para buscar acessos internacionais em situação equiparada de concorrência, além de e potencializar o ganho no mercado nacional. A

ideia é envolver sociedade, setores privado e público para que o esforço mútuo gere resultados promissores. O envolvimento político e conseqüentemente seu esforço também contribuem para a criação de empresas sólidas e com bases exportadoras (LIMA; SIMÕES, 2010).

Diante dessas teorias econômicas, voltadas para o desenvolvimento é possível identificar similaridades com o estudo que associa produtos importados e sua transformação com a geração de empregos. Ressalta-se que muitos dos produtos acabados, resultado da industrialização da matéria-prima importada são destinadas a exportação.

3

METODOLOGIA

O método corresponde à forma organizada que inúmeras situações devem experimentar com o objetivo de atingir um resultado esperado. Existe ainda à luz do entendimento que muitos estudiosos não realizam progressos justamente por não possuírem um bom método (CERVO, 2007). Esse capítulo está estruturado em 6 seções que contribuem para um melhor entendimento dos dados coletados e analisados, assim, tem-se um embasamento coeso para os resultados apontados.

3.1 Delineamento da pesquisa

Esse primeiro tópico traz o desenho da pesquisa que parte de um estudo descritivo, com base em informações bibliográficas e complementada por dados secundários e das informações coletadas. Na sequência, é detalhada a população da pesquisa que ocorreu na cidade-polo da microrregião de Varginha-MG, delimitadas pelas empresas importadoras industriais e fabricantes de produtos, visto que buscou verificar a existência de importação de insumos, matérias-primas e/ou materiais intermediários. A pesquisa procurou identificar se as empresas possuem algum benefício no processo de ingresso da mercadoria no país e de que forma isso contribui para o crescimento da empresa, principalmente em geração de postos de trabalho.

Compondo ainda esse capítulo, a coleta de dados foi realizada a partir de questionário como instrumento da pesquisa, sendo aplicado primeiramente um pré-teste e com os resultados conseguidos providenciou adaptações para que o questionário oficial fosse enviado. Devido a pandemia instalada em todo mundo, o contato com as empresas foi realizado via email ou, em alguns casos, via contato telefônico. As respostas recebidas passaram por tabulação e análise do autor compondo assim, o próximo capítulo e encerrando com as conclusões do trabalho.

3.2 Tipo de Pesquisa

O presente estudo trabalha com observações de acontecimentos no campo da geração de empregos e números de admissões, análise de dados da importação de produtos para industrialização e sua relação. Assim, temos características de uma pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva [...] busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO *et al*, 2007, p.61-62).

A pesquisa também se subsidiará de dados secundários disponibilizados pelo atual Ministério da Economia, IBGE e outros órgãos governamentais. Para tanto, a abordagem utilizada será qualitativa, objetivando reunir os dados para as devidas análises. Minayo (2012) cita a importância de se utilizar a compreensão e a interpretação durante o processo de pesquisa, seja por meio de entrevistas ou outra forma de coleta dos dados. O presente estudo utilizou-se de questionário enviado de forma eletrônica aos participantes. A autora cita a importância do questionário visto que possui um papel complementar frente a outras técnicas.

A pesquisa qualitativa preza pela transmissão da coleta realizada de maneira concisa, coerente e fidedigna. As conclusões devem abrir novas portas para o campo das investigações, abrindo oportunidade para novos estudos ou aprofundamentos do tema presente. (MINAYO, 2012). Todos os dados coletados, decorrente de base secundária ou fruto do questionário aplicado, passaram por tabulação, organização e ponderações que, associadas a todo o embasamento teórico, buscou atingir o objetivo da pesquisa, integrando assim as discussões e interpretações do presente estudo.

3.3 População e amostra

A população do estudo é resultado de levantamento realizado a partir de informações disponibilizadas pelo Ministério da Economia de empresas que importaram entre os anos de 2009 até 2019 (BRASIL, 2021a). O trabalho procura apresentar um estudo sem viés e tendências de períodos de crises econômicas e políticas mundiais. Portanto, o período do estudo parte após o fim da crise financeira mundial de 2008 e encerra-se antes dos impactos causados pela pandemia do novo coronavírus. No final de 2019 na cidade de Whuan, na China foi registrado uma nova doença que mais tarde seria identificada como a pandemia do “Novo Coronavírus” ou “Covid-19” (SOUZA, 2021).

O primeiro resultado extraído da base do Ministério da Economia, considerando a atuação mensal de cada empresa do país, obteve-se 480.529 incidências de importação no período. Número equivalente a uma operação mensal para cada CNPJ de todas as operações em âmbito Brasil. A próxima etapa foi filtrar a reincidência, ou seja, buscar quais empresas atuam com importação e não a quantidade de operações realizadas nesse período. Ao eliminar essa duplicidade de informações, mantendo apenas o dado principal da empresa, o CNPJ, chegou-se então ao total de 115.035, nível país, no período de 2009 até 2019 (Brasil, 2021a).

Para aproximar do campo de estudo, foi realizado filtro para o estado de Minas Gerais, resultando 7810 empresas importadoras no estado. O recorte final considerou a cidade-polo de

Varginha e já com as características de produtora ou fabricante de bens, totalizando 79 empresas. Contudo, ainda foi necessário retirar empresas que já não estão ativas, chegando a 56 aptas. O estudo partiu para realização de um levantamento por recenseamento, conforme definido por Carvalho (2016) isso ocorre quando o estudo tem como referência uma população, sendo as informações obtidas chamadas de censo. Apesar de um número expressivo, acreditou-se que as empresas estariam mais dispostas e principalmente acessíveis para participação do estudo.

A primeira grande dificuldade no retorno dos resultados se deu pelo momento vivido no Brasil e em todo o mundo, a pandemia de Covid-19. O primeiro caso confirmado no país ocorreu no dia 26 de Fevereiro de 2020 em São Paulo, praticamente dois meses após o início da sua propagação na China. A pessoa contaminada esteve em contato com outra recém chegada ao país, caracterizando uma transmissão internacional. Antes mesmo dessa confirmação, o Brasil já havia decretado o estado de emergência de saúde pública de importância nacional, iniciando com diversas orientações e precauções sanitárias como medida preventiva para o avanço da doença. Infelizmente, a partir do dia 20 de março, o país anuncia a transmissão comunitária, ou seja, os casos identificados já eram propagados em próprio território nacional (CAVALCANTE, 2020).

A pandemia de Covid-19 mudou muito a vida dos brasileiros e conseqüentemente das empresas, muitas delas suspenderam produção oportunizando férias coletivas a seus funcionários e outras optaram pelo regime de *home office*, permitindo o trabalho em casa de forma remota. Esse distanciamento, necessário para conter o avanço da doença, dificultou muito o acesso aos profissionais e às empresas selecionadas para participar da pesquisa. Algumas empresas não foram localizadas ou encerraram sua operação, mantendo o CNPJ ativo na Receita Federal apenas para fins de atendimento de qualidade e garantia, nessa condição foram identificadas 9 (nove) empresas importadoras. Outras 2 (duas) empresas mudaram sua base industrial e importadora para outra cidade e/ou estado descaracterizando assim a sua participação.

Mesmo havendo insistência do autor por outros meios, 6 (seis) empresas manifestaram o não interesse em participar por não possuir autorização superior no preenchimento da pesquisa. Lembrando que todas as informações possuem apenas o interesse acadêmico e que dados pessoais dos respondentes e empresa não foram divulgados. Apesar de ter escolhido apenas empresas importadoras, 1(uma) empresa afirma não ter realizado operações de compras internacionais no período da pesquisa. O autor não obteve acesso a nenhum dado

complementar, mas é possível que a empresa tenha recebido algum material via *courier*⁶ para aprovação de setores de qualidade ou até mesmo recebimento de documentos internacionais e licenças de *softwares*. Tais operações acabam ocorrendo de forma esporádica nas empresas e que não caracteriza uma importação de produto, mas que é controlado pelo sistema da Receita Federal do Brasil e, por isso, deve ter sido relacionada no relatório.

Assim sendo, o levantamento por recenseamento iniciado com 56 (cinquenta e seis) empresas importadoras industriais da cidade de Varginha foi reduzida para um número de 38 (trinta e oito empresas) conforme as justificativas relatadas anteriormente. Desse número, tem-se a participação de 20 (vinte) empresas, o que corresponde a aproximadamente 52,6% da população efetivamente pesquisada. Do número final, 18 (dezoito) empresas, não retornaram os contatos e nem manifestaram interesse no estudo.

3.4 Instrumentos de Pesquisa

Para a presente pesquisa, utilizou-se o questionário (apêndice A), com perguntas direcionadas às empresas importadoras da cidade-polo, respondidas por pessoal com conhecimento na área internacional envolvida. Segundo Cervo *et al.*(2007), o questionário é um dos instrumentos mais utilizados para coleta de dados, podendo ser enviado eletronicamente ou fisicamente. Possui questões abertas e fechadas e o próprio informante realiza o seu preenchimento.

O questionário elaborado possui perguntas relacionadas ao tipo da empresa, quais importações realizam, quais utilizam benefícios tributários e o número de vagas de emprego oportunizadas, ou não, pela importação e seus benefícios. As perguntas foram organizadas em formulário eletrônico e enviado por e-mail às empresas que possuem as características condizentes com a pesquisa.

As respostas foram tratadas e acompanhadas das variáveis presentes no estudo: importação, benefícios tributários, geração de emprego, microrregião Varginha e teorias de desenvolvimento que foram trabalhadas a níveis bibliográficos. Com isso, foi possível apresentar resultados interessantes para a pergunta problema, no que diz respeito, aos benefícios de importação, associados à possibilidade de geração de novos postos de trabalhos.

3.4.1 Pré-Teste

Antes do início da aplicação do questionário realizou-se um pré-teste, caracterizando uma importante fase de identificação de prováveis alterações ou adaptações antes do seu efetivo

⁶ Remessa Expressa Internacional

emprego (CERVO *et al.*, 2007). Essa etapa permitiu verificar alguns dados prévios e o que seria necessário adaptar na pesquisa final. Inicialmente pensou em abranger outras cidades-polos, assim, o pré-teste foi enviado para empresas sediadas em Itajubá-MG, Poços de Caldas-MG, Pouso-Alegre-MG e Varginha-MG. Pretendia-se atingir uma resposta em cada cidade, contudo, não houve resposta de empresas sediada em Poços de Caldas, e assim, a primeira mudança para o estudo foi realizado, limitando a pesquisa apenas a cidade de Varginha-MG.

O pré-teste ajudou a identificar também a dificuldade que os respondentes possuem com informações ligadas ao número de empregados na empresa. Para isso, levanta-se algumas hipóteses, como, o respondente possui tempo inferior na empresa ao período da pesquisa, ou ainda, seu departamento não possui acesso a tais informações. Duas das respondentes são empresas com porte superior a 500 empregados, fazendo com que essa informação também não seja visível e nem aberta a demais setores da companhia.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

Tratando também de uma pesquisa com participação de seres humanos para a coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, sendo aprovado pelo referido comitê através do parecer número: CAAE 27034619.3.0000.5111, conforme anexo A.

Os respondentes estavam cientes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deixando claro que a participação é voluntária. A primeira pergunta do questionário solicita o aceite dos participantes e permite o acesso completo do TCLE para consulta e maiores esclarecimentos, estando disponível no anexo B da dissertação.

A finalidade da pesquisa *in loco* foi buscar pessoas responsáveis por áreas de importação, comércio internacional na empresa e/ou estejam próximas do assunto, facilitando assim o entendimento da pesquisa, gerando maior confiabilidade no resultado e sendo útil para uma análise interna na empresa para a utilização da importação como fator de geração de economias e emprego na organização.

O questionário foi enviado de forma digital para todas as empresas levantadas, perfazendo o total de 56 importadoras na cidade de Varginha-MG. O contato pessoal foi totalmente prejudicado pela pandemia do novo Coronavírus o que dificultou o acesso as empresas. Além do disparo dos e-mails, foram realizados também diversos contatos telefônicos, ainda sim, alguns responsáveis pelo setor de comércio exterior ou de logística internacional não foram facilmente localizados nas empresas.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Essa etapa envolve o tratamento dos números e informações obtidas conforme é citado por Mascarenhas (2018). Dessa forma, logo após coleta dos dados das empresas localizadas na respectiva cidade-polo e dos levantamentos em documentos fornecidos pelo Ministério da Economia e também IBGE, buscou-se identificar a relação dos benefícios de importação utilizados nas operações de insumos para fabricação de produtos e quais possibilitam a criação de postos de trabalhos na região.

Conforme já citado anteriormente, a pesquisa assume uma análise descritiva, utilizando das observações que cada resposta possa trazer como informação importante e pertinente para a geração do conhecimento. Esse processo também se utiliza do arcabouço teórico construído ao longo das bibliografias e fontes pesquisadas, acumulados com as informações das fontes oficiais e combinados com a coleta realizada por meio do questionário enviado para as empresas. Todo conteúdo passou por um processo de planilhamento, gerando assim embasamento para a construção das discussões, análises e conclusões aqui descritas.

As questões abertas e voluntárias do questionário receberam tratamento por meio do *Software* ATLAS.ti. O sistema possui características de fácil entendimento, organização e manuseio, representando uma importante e eficiente ferramenta para realização de análise de dados qualitativos. É possível a importação de arquivos em diversos formatos e extensões, permitindo ao pesquisador o compartilhamento das suas análises e descobertas (ATLAS.ti, 2011). Ressalta-se aqui o entendimento da autora Minayo (2012) em que o sistema colabora com o pesquisador mas não é responsável pela pesquisa ou resultado final. As imagens criadas pelo sistema através de códigos chaves dos textos serão apresentados no próximo capítulo.

4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo traz os resultados da pesquisa realizada nas empresas importadoras e com características industriais da cidade de Varginha-MG. A participação dos respondentes será aqui transcrita de forma a entender as similaridades ou diferenças entre as empresas, além de relacionar com dados secundários que ajudarão no entendimento do estudo.

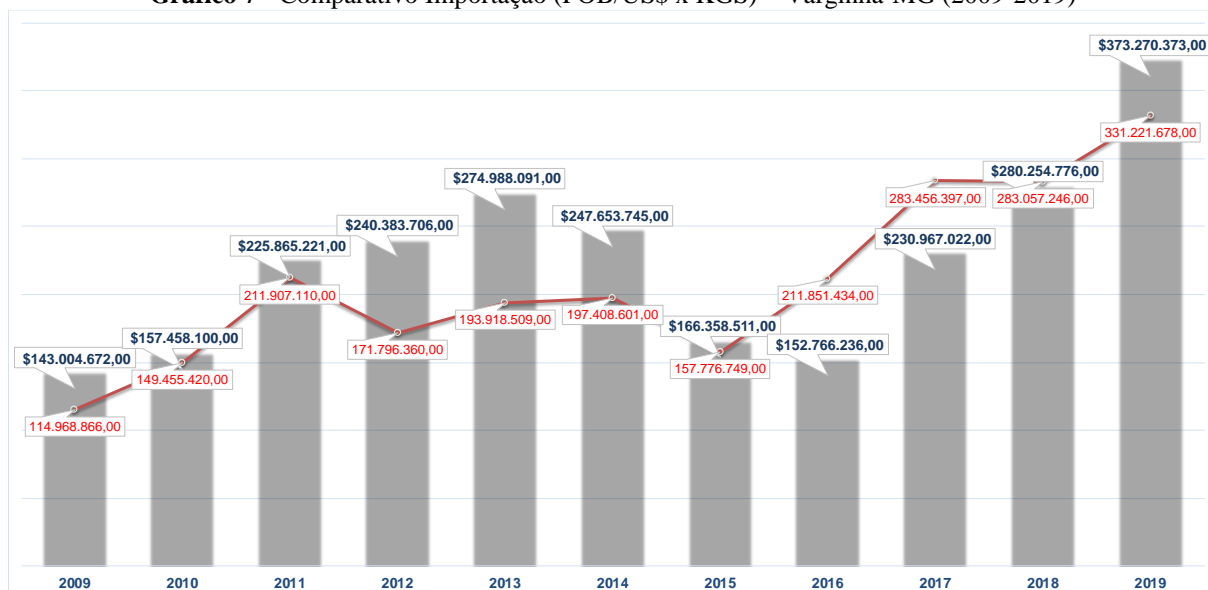
Inicialmente, é apresentado o volume de importação da cidade com dados coletados pela base do Ministério da Economia, sequencialmente, apresenta-se a situação da empregabilidade na cidade. Posterior as análises dos dados secundários, apresenta-se as respostas dos participantes da pesquisa, que parte do porte da empresa, seguido pelo volume importado, benefícios tributários ou regimes aduaneiros especiais utilizados, finalizando com o aumento ou redução dos postos de trabalhos na empresa.

A participação da região mineira no comércio internacional é aqui representada pelas importações de materiais utilizados em processo fabril e/ou de transformação da cidade-polo de Varginha, o presente trabalho pretende contribuir para o desenvolvimento da cidade, os municípios integrantes à microrregião, fomentando e subsidiando os estudos regionais.

4.1 Volume de Importação

As primeiras informações que compõem a discussão do estudo estão relacionadas ao volume importado, seja ele expresso em moeda americana (US\$) ou pelo peso da mercadoria em quilograma líquido (Kg) conforme apresentado no Gráfico 7 a seguir. Avaliando o valor importado, representado pelas barras, é perceptível o crescimento nas importações em dois momentos, o primeiro período corresponde à 2009 até 2013, quando houve uma retração em 2014 nas importações ocasionada por fatores externos e que afetaram o Brasil, mas que foi retomado em 2016 até 2019. Quando se volta a atenção ao peso importado (Kg), identificado pelas linhas no gráfico, a variação é um pouco diferente do valor e isso pode representar uma variação no preço das mercadorias internacionais, pagando mais caro ou mais barato pelo mesmo volume importado. Em 2010 e 2015, o peso importado acompanha os valores pagos pela importação, diferente dos outros anos que apresentam diferenças maiores.

Gráfico 7 - Comparativo Importação (FOB/US\$ x KGS) – Varginha-MG (2009-2019)



Fonte: MDIC, 2020, elaborado pelo autor.

Mediante esses primeiros dados, nota-se a representatividade da operação de compra de produtos internacionais realizados pela cidade de Varginha-MG. São mercadorias destinadas a grande parte das empresas pesquisadas e que de certa forma ajudaram a movimentar a economia regional. Vale ressaltar que em 2019, a cidade pesquisada e consequentemente as empresas, tiveram uma grande representatividade dentro do estado na importação de produtos. O ranking, demonstrado na Tabela 3, é resultado de dados governamentais e apresentados em dólar (US\$) e valor FOB (*Free on board*), ou seja, o valor da mercadoria importado sem frete e seguro internacional. A cidade de Varginha-MG está entre os 10 municípios que mais importaram no estado no ano de 2019, figurando na nona (9ª) posição.

Tabela 3 - Importação (FOB/US\$) – Cidades Minas Gerais

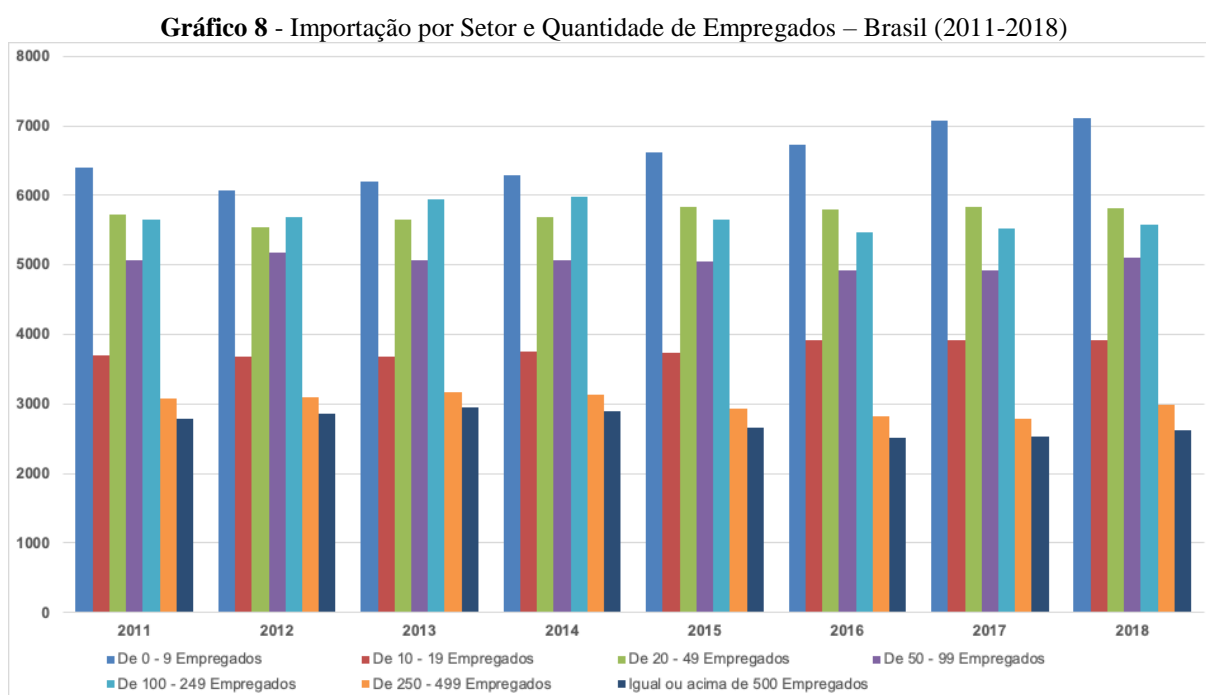
| | CIDADES | VOLUME IMPORTADO (FOB/US\$) |
|----|----------------------|------------------------------------|
| 1 | Uberaba - MG | \$ 1.332.804.669,00 |
| 2 | Juiz de Fora - MG | \$ 689.249.576,00 |
| 3 | Betim - MG | \$ 647.036.328,00 |
| 4 | Extrema - MG | \$ 640.658.843,00 |
| 5 | Contagem - MG | \$ 551.833.673,00 |
| 6 | Belo Horizonte - MG | \$ 512.402.623,00 |
| 7 | Ipatinga - MG | \$ 383.159.516,00 |
| 8 | Ouro Branco - MG | \$ 376.924.157,00 |
| 9 | Varginha - MG | \$ 373.270.373,00 |
| 10 | Poços de Caldas - MG | \$ 325.069.206,00 |

Fonte: BRASIL, 2020c. Ministério da Economia, adaptado pelo autor.

Além de Varginha (9^a), é possível encontrar Extrema (4^a) e Poços de Caldas(9^a) no ranking, todas representantes da região sul do estado. Os dados demonstram a importância de cada uma das cidades no contexto internacional e o que isso, de certa forma, pode contribuir na oferta de vagas de emprego. Esse volume de importação pode estar associado a benefícios tributários e consequentemente geração de caixa para as empresas que podem fazer investimentos que resultem em novos postos de trabalho.

4.2 Empregabilidade

O governo federal lançou em 2011 um relatório em nível Brasil que detalha o número de operações das empresas exportadoras e importadoras no país de acordo com a quantidade de empregados. Por esse acompanhamento, é possível identificar o perfil das empresas operadoras no comércio exterior brasileiro. Para auxiliar na composição do presente trabalho, apresenta-se o Gráfico 8 contendo dados das operações de importações, realizadas pelas empresas com característica industrial e com seus respectivos números de colaboradores.



É verificado uma progressão no volume de operações nas empresas de 0 a 9 empregados, 20 a 49 empregados e de 100 a 249 empregados, nesse contexto, é possível dizer que existe uma representatividade crescente nas importações de empresas de pequeno e médio porte. O detalhamento também possibilita identificar que não existe uma concentração apenas em empresas de grande porte, isso abre oportunidades e democratiza o comércio internacional no

país como um todo. Esses dados poderiam ser mais bem explorados caso pudessem ser tratados por estado e até mesmo município, contudo não foi encontrada essa informação disponível e em contato com o suporte da base de dados do governo obteve-se o seguinte posicionamento:

Não divulgamos esses dados desagregados por UF e por município uma vez que a desagregação traz informações específicas que possibilitariam a identificação de operações de empresas de comércio exterior ao nível local, quando há somente uma empresa de determinado setor no estado ou município. A divulgação de informações setoriais detalhadas por município foi objeto de questionamento por parte de empresas afetadas, pois seus dados são, por lei, cobertos por regras de sigilo (SUPORTE GOV).

De certa forma, os dados contribuem para o estudo, mostrando a participação de empresas industriais na importação brasileira e conseqüentemente a relação com a geração do emprego. O estudo tem se apresentado desafiador, contudo, enriquecedor com a quantidade de informações disponíveis e que corroboram com a investigação. A participação das empresas também é fato primordial para alcançar o objetivo de analisar os efeitos dos benefícios tributários na importação.

Os dados coletados dão indicativos positivos na relação da importação com a empregabilidade, afastando o senso comum em que a indústria é prejudicada com a entrada de produtos importados. As teorias econômicas apresentadas durante o estudo, demonstram que é preciso investimento em tecnologia e capacitação interna para desenvolvimento de uma região e conseqüentemente do país. Na ótica de North, tratado aqui por Lima e Simões(2010), o estímulo à exportação também é refletido na importação, o que é praticado principalmente quando indústrias querem aumentar a sua competitividade através de produtos de maior qualidade.

4.3 Resultados e Análises

O acesso a empresas, nesse momento, devido a Pandemia de Covid-19 ou Novo Coronavírus, foi um pouco prejudicado conforme detalhado no item 3.3 – População e Amostra. Mesmo utilizando meios digitais, não foi possível realizar o censo esperado em todas as 56 empresas industriais e importadoras da cidade de Varginha. Após algumas recusas iniciais e inaptidões de algumas empresas, chegou-se ao saldo final de 38 empresas, dentre elas, 18 continuaram sem manifestação, finalizando a pesquisa com 20 participações positivas. A análise foi realizada com base nos resultados recebidos e que equivalem a 52,6% da população efetiva.

Esses dados colaboram para atender o objetivo específico “a” do estudo: Mapear empresas dentro da cidade pesquisada que utilizaram benefícios na importação durante o período do estudo: o equivalente a 85% das empresas respondentes iniciou suas operações no

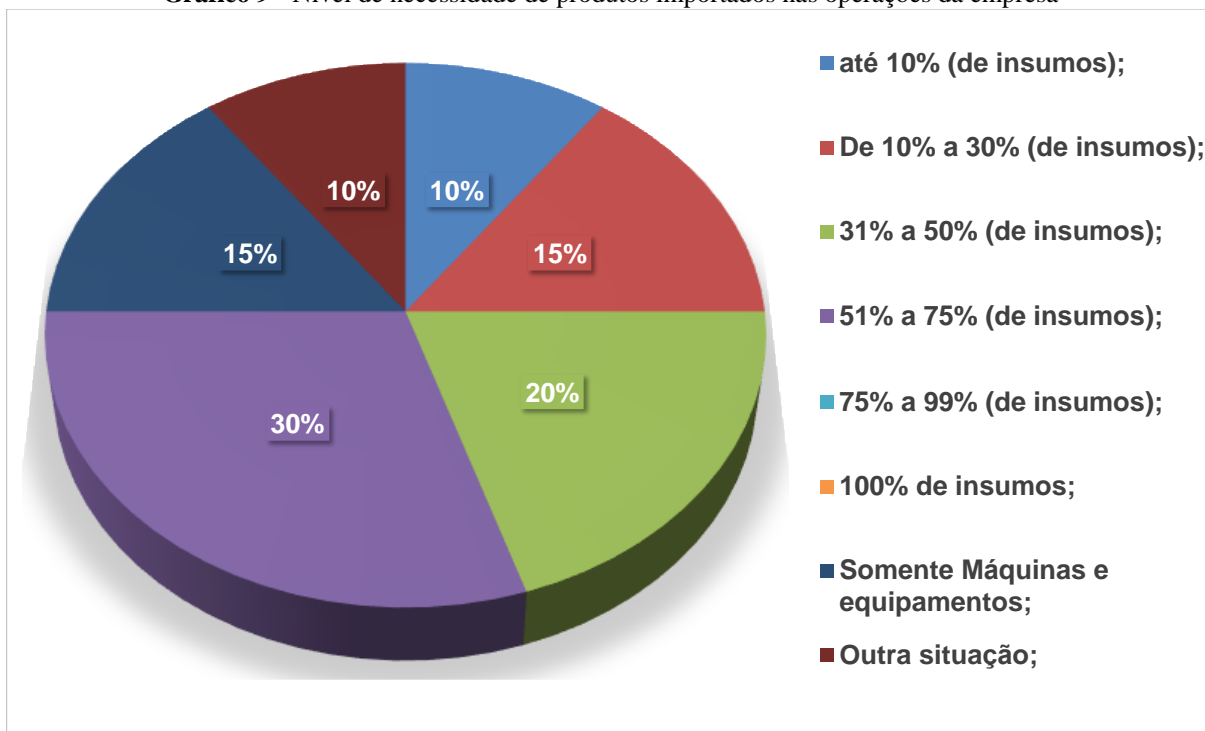
período da pesquisa, entre 2009 e 2019, apenas 3 delas já trabalhavam com a importação anteriormente. Ao questionar o porte da empresa, 45% dos respondentes são empresas de médio porte com empregados entre 100 a 499, esse resultado é compatível com o que foi apresentado anteriormente em nível Brasil no gráfico 08, ou seja, empresas importadoras e industriais responsáveis por um número considerável de vagas dentro do município.

Nesse ponto, é válido lembrar o esforço do governo federal na década de 90 para abrir as fronteiras do país e promover a internacionalização das empresas. Praticamente 85% das empresas participantes iniciaram a importação a partir de 2009, ou seja, após 20 anos da abertura internacional, mostrando que ainda é necessário amadurecer nesse processo, inclusive com a participação e utilização do Bloco Mercosul para estreitamento nas relações comerciais internacionais. Por outro lado, vemos que com o passar do tempo o interesse e participação das empresas na importação tem se alterado.

Relembramos aqui o que já foi citado anteriormente no texto e relatado na tabela 01, é notório o crescimento de empresas que se habilitam para a importação, só em Minas Gerais o crescimento foi de mais de 70% no período pesquisado, saindo de 2.178 (duas mil cento e setenta e oito) empresas no ano de 2009 para 3.006 (três mil e seis) importadoras no final de 2019. Existem muitas empresas que acabam interrompendo seu processo de internacionalização ou desistem de arriscar no comércio exterior devido as exigências, burocracias, altas taxas tributárias e custos logísticos. Muitas vezes o desconhecimento das empresas não permite essa diversificação de mercado que vai além das fronteiras (PINHEIRO; MARKWALD; PEREIRA, 2002).

Dando continuidade aos resultados, é provável que o porte da empresa se relacione com a necessidade de matéria-prima, lembrando que foram pesquisadas as que possuem características industriais. Assim perguntou-se qual seria o montante anual de importação em valor FOB/US\$, sendo constatado que 50% informaram que anualmente as aquisições de produtos internacionais ultrapassam a marca de USD 2 (dois) milhões de dólares. Isso quer dizer uma importação média mensal de US\$ 167 Mil dólares que convertidos a uma taxa cambial de R\$ 5,50, equivale a R\$ 918 Mil reais mensais em importações. O Gráfico 9 a seguir, busca entender qual a média aproximada de produtos importados que fazem parte da cadeia produtiva da empresa e isso pode nos dizer o quão dependente a empresa é do mercado internacional.

Gráfico 9 - Nível de necessidade de produtos importados nas operações da empresa



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário.

O Gráfico 9 ilustra a necessidade de produtos estrangeiros na cadeia produtiva das empresas, não existindo resposta nas categorias acima de 75% (setenta e cinco por cento) em insumos, ou seja, mesmo havendo uma necessidade de produtos importados, a maioria das empresas também possuem abastecimento nacional para sua linha de produção. Isso é importante e mostra que a maioria delas mantém relação comercial nacional, o que aparentemente afasta a substituição de 100% (cem por cento) dos produtos nacionais pelos produtos importados, causando problemas nas indústrias nacionais. Outro dado pertinente e relatado é a importação de máquinas e equipamentos, ou seja, algumas empresas buscam melhorar a qualidade do seu produto através de importação de tecnologia e equipamentos inovadores.

Ainda sobre essa questão uma das empresas sinalizaram uma variação no percentual de insumos com o passar do tempo e de acordo com demandas específicas, assim a opção escolhida correspondeu a “outra situação”. Foi relatado também por outra empresa participante que, apesar de reconhecer a infinidade de matéria prima internacional disponível, o volume importado para composição da produção não passa de 10% (dez por cento), aqui se coloca fatores econômicos e logísticos que impedem um avanço na aquisição de insumos importados.

Em um estudo realizado entre os anos de 1996 a 2010, Chiarini e Silva (2016) debatem acerca da dependência das importações, principalmente por produtos com um nível maior de

tecnologia e inovação. Existe o fator positivo que insere o país mais rapidamente em um cenário atual, moderno e inovador, mas também pode caracterizar uma inaptidão do país em desenvolvimento tecnológico próprio. No período pesquisado pelos autores, o Brasil importou um grande volume de produtos de alta tecnologia, gerando um déficit na Balança Comercial de mercadorias dessa característica.

Por outro lado, espera-se que a relação comercial se torne uma via de mão dupla, ou seja, a importação de tecnologia pode gerar habilidades pela aquisição do produto inovador. Essa troca e possível avanço só acontecerá em ambientes que possuem estrutura e permitem essa experiência ao usuário, ou seja, a empresa que importa deve estar preparada e aberta ao aprendizado propiciado pela tecnologia adquirida. A não assimilação desse processo pode levar a empresa a uma dependência ainda maior por produtos importados altamente tecnológicos e de qualidade superior (CHIARINI; SILVA, 2016).

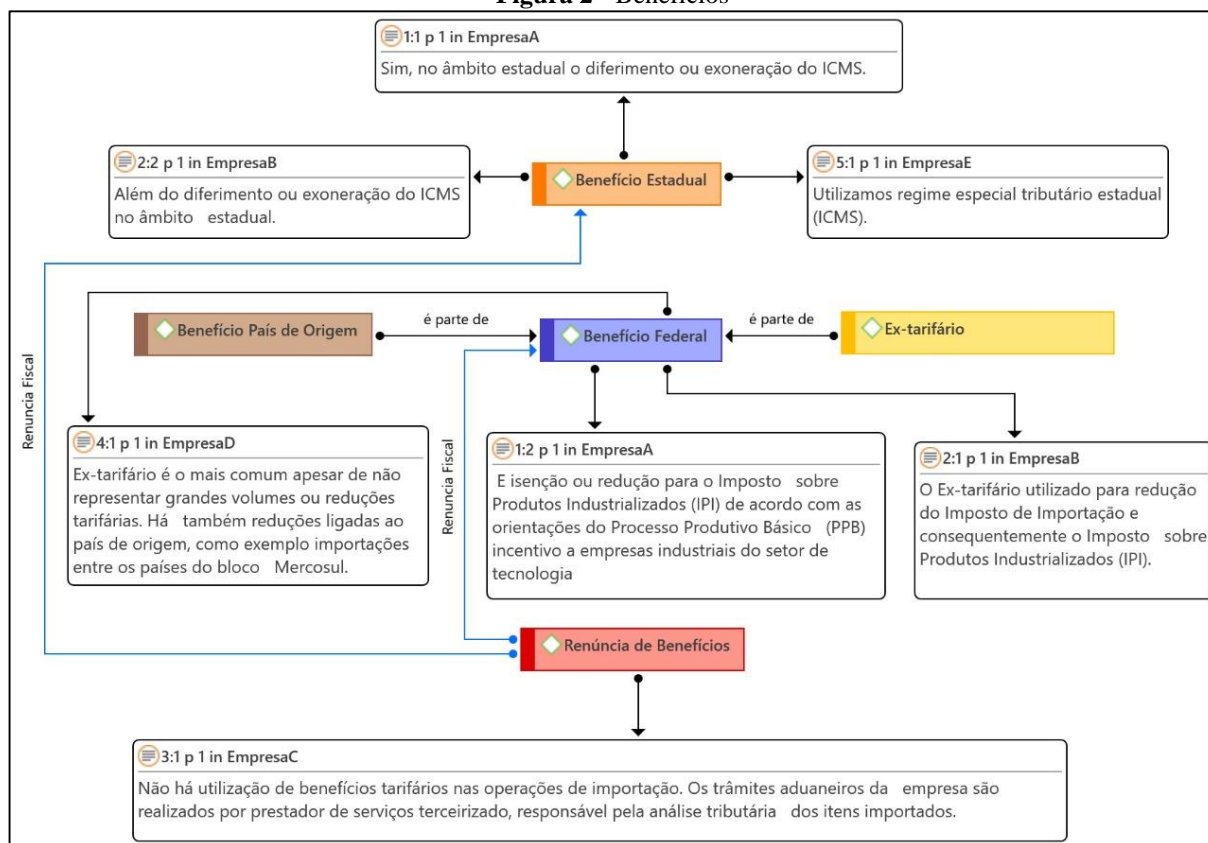
Maquinários, ferramentas e novas tecnologias, com o objetivo de melhoria do processo fabril, poderá ser ainda alcançado com subsídios conseguidos pela utilização de benefícios tarifários ou regimes aduaneiros especiais. Mais da metade dos pesquisados, com 55% (cinquenta e cinco por cento) não usam de nenhum tipo de regime especial e isso mais uma vez mostra o desconhecimento que se tem da legislação aduaneira e tributária vigente. Muitos regimes buscam estimular as importações e conseqüentemente melhora do processo produtivo brasileiro e que poderão ainda estimular a exportação.

Antes de seguirmos com novos dados, nota-se que o objetivo específico “a”, apresentado no início do estudo, foi cumprido, mesmo que parcialmente em decorrência do número de respondentes, o mapeamento de empresas foi finalizado e praticamente mais da metade dos respondentes não utilizaram algum benefício nas operações de importação. Avançando no detalhamento das respostas, a Figura 2 a seguir, gerada pelo ATLAS.ti, detalha alguns relatos que contribuem para a falta de entendimento da legislação aduaneira e a não aplicação de benefícios, sejam eles tributários, ou ainda, oriundo dos regimes aduaneiros especiais.

Nem todos os respondentes da pesquisa, contribuíram nas questões discursivas, por esse motivo, identifica-se 5 empresas sequencialmente “A”, “B”, “C”, “D” e “E” para apresentar as informações tratadas pelo sistema. Foi gerado um código de palavras, permitindo associar a palavra benefício estadual, federal e renúncia de benefícios, esse último representando a empresa que não utiliza nenhum tipo. Os códigos no ATLAS.ti são palavras-chave que sintetizam os assuntos, relatos e teoria. Ao identificar relação entre as sentenças e temas pertinentes para o estudo, podemos utilizar o mesmo código. (ATLAS.ti, 2006).

As empresas “A” e “B”, empregam os benefícios tanto na esfera federal, quanto na estadual, isso representa um grande ganho para empresa que pode reinvestir os valores economizados na sua operação fabril, estrutura tecnológica e até mesmo na gestão de pessoas.

Figura 2 - Benefícios



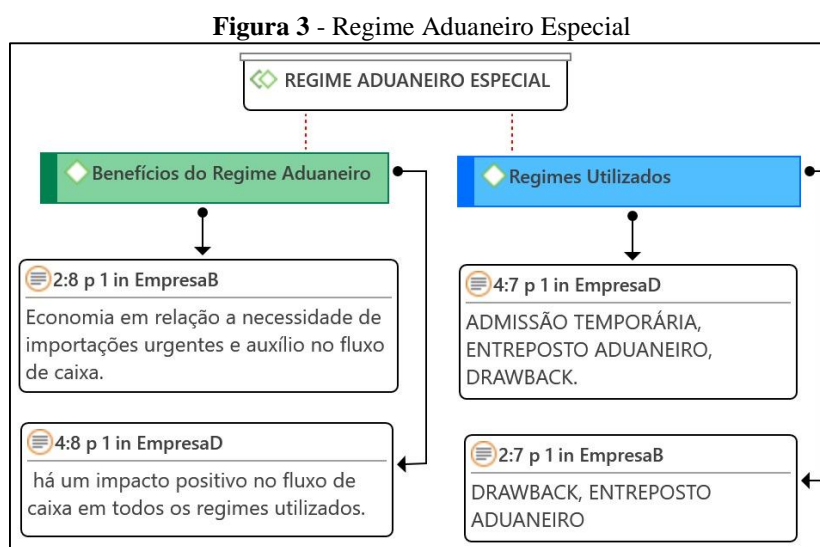
Fonte: Elaborado pelo Autor de ATLAS.ti (2021)

A empresa “D”, utiliza somente reduções ou isenções em nível federal, citando por exemplo o Ex-tarifário que auxilia a empresa, principalmente nas importações de produtos com características tecnológicas e inovadoras, resultando assim em um investimento estrutural da empresa. O pesquisador tratou do respectivo benefício no levantamento teórico, mas especificamente no capítulo 2.5, item “a”. Outro exemplo está ligado as importações realizadas no âmbito do Mercosul, aqui já é possível fazer uma relação com matéria prima ou insumos que passarão pelo processo de industrialização. As reduções tarifárias podem chegar a alíquota zero (0%) no imposto de importação, gerando ainda reduções em cascata para o IPI e ICMS. A empresa “E” por sua vez reconhece apenas a utilização de benefícios tributários estaduais.

Não foi possível mensurar os valores economizados pelas empresas e o quanto isso tornou-se investimento ou economia, contudo, é perceptível a busca das empresas por ferramentas que auxiliam na gestão financeira e planejamento tributário. Nesse quesito, reitera-se a necessidade de profissionais qualificados e conhecimento da legislação tributária e

aduaneira vigente. As empresas respondentes, listaram alguns benefícios tarifários na importação e que apresentam algum tipo de redução, postergação ou até mesmo isenção tributária: Regime Especial Estadual (ICMS); Redução IPI; Ex-tarifário; Isenção ICMS.

A Figura 3 traz informações pertinentes e relacionadas ao Regime Aduaneiro Especial, como já relatado no capítulo 2.7, existem inúmeros tipos de regimes e esses podem ser aplicados para um melhor controle e aproveitamento das cargas importadas, redução nas questões logísticas e consequente melhora no prazo das liberações aduaneiras, além é claro da flexibilidade do recolhimento de tributos.



Fonte: Elaborado pelo Autor de ATLAS.ti (2021)

As empresas “B” e “D” concordam na geração positiva de fluxo de caixa quando se aplica algum tipo de regime aduaneiro especial e isso ajuda na aplicação correta dos recursos da empresa. Dentre os regimes citados, existe o *Drawback*, importação de matéria prima com benefícios, para posterior transformação em bens exportáveis. Essa operação, pode contribuir com a lucratividade da empresa, além de torná-la competitiva frente ao mercado internacional. Nisto, é possível relacionar o *Drawback* com a teoria da base de exportação, constante no capítulo 2.8, item “d”, de Douglas C.North e sua premissa da vantagem comparativa e consequente desenvolvimento do país (LIMA; SIMÕES, 2010).

Muitas empresas desconhecem os benefícios que o regime especial de *Drawback* propicia para as importações de matéria prima, que são a suspensão ou isenção de impostos de acordo com a modalidade e o incentivo para a produção destinada a exportação. Essa operação ainda favorece e possibilita a criação de novos postos de trabalhos. Esse dado é motivo para um estudo futuro e aprofundamento nesse campo.

As empresas que já utilizaram algum tipo de regime aduaneiro especial citaram pontos importantes e que motivam seu uso:

- Prazo estendido para nacionalização de mercadoria;
- Economia e disposição imediata de importações urgentes;
- Auxílio no fluxo de caixa;
- Importação temporária de produtos para exposição em feiras comerciais;
- Redução de impostos.

As empresas participantes informaram também que os produtos importados geram resultados positivos, como: redução de custo, produtos de qualidade e posicionamento da empresa no mercado internacional, além do acesso a novas ou diferentes tecnologias. Ao serem questionados com relação ao número de empregados, ou seja, abertura ou fechamento de postos de trabalho na empresa o resultado foi um pouco dividido, mas a percepção final é positiva com afirmação de 55% das empresas participantes que a importação de produtos favorece a geração de empregos, ou seja, afasta-se aqui a ideia de que a entrada de produtos estrangeiros prejudica a empregabilidade do país, principalmente no setor industrial.

Importante ressaltar que a pesquisa foca em compras internacionais de matéria prima e produtos de transformação. Outra evidência para esse raciocínio é a segunda alternativa escolhida pelos demais respondentes que informam não ocorrer nenhuma movimentação, ou seja, não há impactos positivos ou negativos, mostrando que é possível manter o quadro mesmo com produtos importados. Nenhum dos respondentes afirmaram que houve desligamentos decorrente da entrada de mercadoria importada aproximando ainda mais do foco do trabalho.

Esses dois últimos parágrafos contribuem para atender o objetivo específico “c” da presente pesquisa, mesmo não havendo dados numéricos expressivos, todas as empresas respondentes não colocaram a importação com um entrave na geração de emprego. Permitindo, ainda, revisitar as colocações de Keedi (2010) que ressalta a importância do comércio internacional para empresa e país. As diferentes oportunidades e resultados positivos obtidos de tais operações propiciam o crescimento das empresas e desenvolvimento da economia regional.

A questão seguinte estava relacionada ao número de postos gerados nesse período e grande parte dos respondentes afirmaram não possuir a informação exata, pois o contato para participação do estudo está vinculado à área internacional da empresa e a informação para o número de colaboradores está vinculado ao departamento pessoal e de recursos humanos. O dado possível para essa questão é que 40% dos respondentes acreditam que foram gerados até 10 (dez) postos de trabalho e 55% creem que houve acima de 10 (dez) empregos formais

gerados durante o período requisitado. Apesar de não possuir informações estatísticas robustas, esses esclarecimentos cooperam para o atendimento do objetivo específico “b”.

Por fim e encerrando a pesquisa, solicitou dados relativos ao tempo de experiência na área internacional do participante, bem como, sua área de atuação na empresa. Esses dados buscavam assegurar que as informações seriam respondidas por pessoas conhecedoras do assunto. Do total de respondentes, apenas 4(quatro) possuem período inferior a 12 (doze) meses na empresa, os demais estão divididos em 8(oito) participantes até 5(cinco) anos e 8(oito) com mais de 10(dez) anos como colaborador da empresa. Os principais setores respondentes estão ligados à logística, planejamento, importação e exportação, financeiro, engenharia e compras.

Encerrando as análises realizadas, nota-se através da Tabela 4 – resumo das respostas do questionário aplicado, os pontos que podem ser melhorados pelas empresas no que se refere a utilização de regimes e também geração de vagas. O acompanhamento da legislação vigente contribui de forma exitosa para que a empresa possa aumentar sua lucratividade.

Tabela 4 - Resumo das respostas

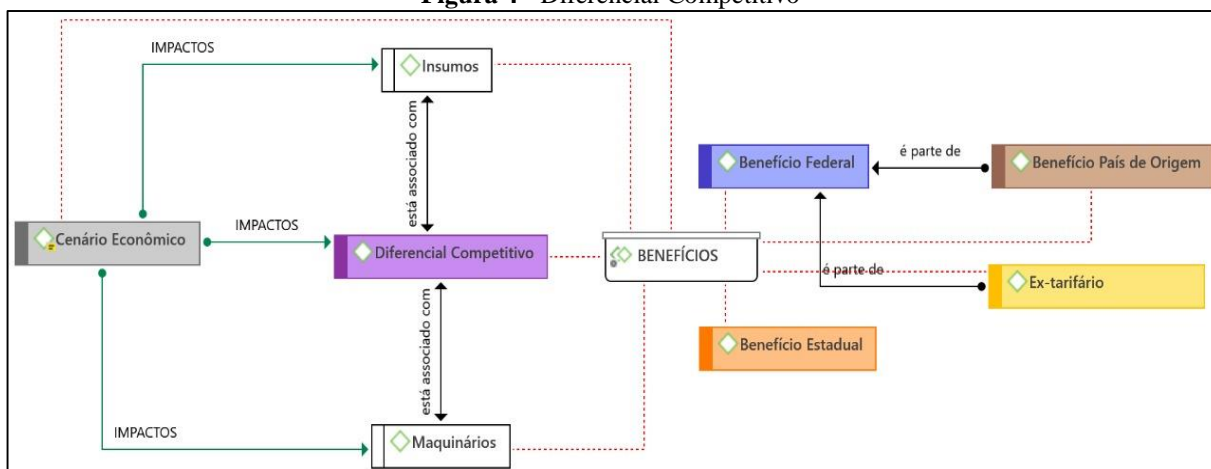
| | Questão | Respostas (%) | Complemento |
|---|---------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------|
| 1 | Respondentes da pesquisa | 52,60% | De um total de 38 participantes |
| 2 | Importações iniciadas após 2009 | 85% | Apenas 3 empresas já importavam antes de 2009 |
| 3 | Empresas de Médio Porte | 45% | Entre 100 a 499 empregados |
| 4 | Importação superior a US\$ 2milhões | 50% | Frequência anual |
| 5 | Importação de Insumos | 75% | Pode chegar até esse percentual |
| 6 | Não utilizam regimes especiais | 55% | Sejam eles aduaneiros, estaduais ou federais |
| 7 | Importação favorece a empregabilidade | 55% | Acreditam no aumento de postos de trabalhos |
| 8 | Até 10 vagas anuais geradas | 40% | Número de vagas geradas no ano |
| 9 | Acima de 10 vagas anuais geradas | 55% | Número de vagas geradas no ano |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir de todos os dados relatados no presente estudo, é possível perceber que a importação não transmite uma ideia unânime que afasta os postos de trabalho. O estudo foi iniciado com a hipótese de que os benefícios tributários e regimes aduaneiros especiais favorecem o cenário de forma positiva para que as empresas possam importar e ainda contribuir com o desenvolvimento econômico da sua região. Essa questão ainda precisará de maior aprofundamento visto que parte das empresas pesquisadas desconhecem tais ferramentas.

Finalizando esse tópico, é possível identificar pela Figura 4 que os benefícios oferecem às empresas um diferencial competitivo que permitem aumentar sua participação internacional.

Figura 4 - Diferencial Competitivo



Fonte: Elaborado pelo Autor de ATLAS.ti (2021).

Supõe-se também, que o cenário econômico mundial pode impactar diretamente as operações de comércio exterior e principalmente as importações através das altas cambiais, atrasos logísticos ou mudança na legislação que pode interromper a aplicação dos benefícios aduaneiros. O ano de 2020, não compõe o período pesquisado nesse estudo, mas já se percebe o peso da pandemia de Covid-19 e as diversas ações de controle sanitários e de segurança da saúde internacional que também esbarram nas operações de comércio exterior e consequentemente nas questões econômicas.

5

CONCLUSÃO

Ao retomar os objetivos propostos no início do estudo, reúne-se as considerações finais de acordo com cada objetivo pré-estabelecido, vejamos:

a) Mapear empresas dentro da cidade pesquisada que utilizaram benefícios na importação durante o período do estudo;

Foram levantadas 134 empresas que operam no comércio exterior, mais exatamente na importação, considerando o período de 2009 a 2019. Para levantar a empregabilidade, foi necessário identificar quais dessas empresas importadoras trabalham com transformação de matéria prima, chegando a 59% das empresas. Houve ainda uma readequação no número de participantes, devido ao encerramento da empresa e não devolução do questionário. Portanto, 20 empresas colaboraram com o desenvolvimento desse estudo. Quando o assunto é benefícios na importação, 55% das participantes não utilizam ou não conhecem nenhum regime tributário e aduaneiro especial.

Esse fator muitas vezes está atrelado a falta de conhecimento da legislação vigente ou até mesmo da experiência de cada uma delas na operacionalização dos regimes. Em contrapartida, as empresas que utilizaram algum benefício colocaram que existe um ganho operacional e financeiro nas operações de importação. A pesquisa também buscou levantar dados estatísticos que evidenciassem o aumento de novos postos de trabalho, essa informação pode ser subsidiada pelos dados secundários do IBGE em que nos últimos anos o estado de Minas Gerais apresentou uma diminuição do desemprego, havendo assim uma provável contribuição das empresas importadoras, visto que a maioria dos respondentes informaram que durante o período estudado a empresa manteve o quadro de funcionários ou aumentou as contratações. Não foi possível mensurar numericamente esse dado, uma vez que na maioria delas, o número não é disponibilizado ao setor de comércio internacional.

b) Associar, por meio de análises estatísticas, o aumento de novos postos de trabalho com a economia gerada pela importação; A pesquisa utilizou-se de dados secundários numéricos e também de informações extraídas do questionário para compor uma base possível de análises estatísticas, contudo, devido a baixa participação, aplicou-se

somente uma análise qualitativa das respostas do questionário e associadas aos dados secundários.

c) Averiguar se a importação é uma alternativa positiva para a geração de emprego.

Ao analisar a cidade de Varginha-MG de forma isolada, o saldo de admissões na indústria é equilibrado com variações positivas e negativas entre os anos do estudo, apesar de que houve uma forte queda entre os anos de 2015 e 2016 decorrente a crise interna do país. Outra questão importante nesse tema é o fato de que o setor de serviços consiste no maior gerador de postos de trabalhos na cidade, seguido pelo comércio e somente na terceira colocação, o setor industrial. Isso ajuda a entender o equilíbrio encontrado nas admissões realizadas pela indústria.

A proposta que buscava relacionar a importação com uma geração positiva de postos de trabalhos continua sem uma resposta concreta, pois alguns dados não foram disponibilizados pelas empresas respondentes. Contudo, demonstraram existir vantagens decorrentes de benefícios tributários e de regimes especiais e que favorecem uma melhora no fluxo de caixa da empresa. Tais ajustes podem ajudar a manter a empregabilidade ou gerar novas oportunidades. As empresas pesquisadas não acreditam em uma diminuição de colaboradores devido à importação de matéria prima. Dessa forma, o entendimento é que para as empresas alcançarem maiores economias e consequente aumento da empregabilidade é preciso um aprofundamento em questões legais da área aduaneira e tributária.

Uma empresa que possui um bom planejamento de custos e uma maior experiência tributária aumenta sua chance de concorrer com grandes empresas e se mantém viva no mercado por mais tempo. O Brasil possui uma alta carga tributária em diversas cadeias e com isso qualquer tipo de redução é tido como uma vantagem comercial frente a crescente concorrência do mundo globalizado. Mesmo com algumas barreiras na entrada de produtos estrangeiros, é possível notar um volume considerável de importações durante o período do presente estudo, essa constância mostra a estabilidade das importações realizadas pela cidade.

Percebe-se assim que, Varginha-MG contribui para a Balança Comercial do país, além de colaborar para a entrada de novos investimentos, novas empresas e também aumento de capacidade fabril no município, possibilitando dessa forma, o crescimento da empregabilidade. O estudo gerou grande aprendizado ao autor e espera que a contribuição para a sociedade seja relevante, contudo, algumas dificuldades encontradas no decorrer da pesquisas deixam lacunas que poderão ser alvo de novos estudos e aprofundamento.

A dificuldade no acesso aos respondentes limitou alguns dados, não sendo possível quantificar, mesmo que em percentual, as economias financeiras geradas pelos regimes aduaneiros especiais e regimes tributários. A quantidade de vagas geradas pelas empresas possui apenas um registro aproximado, uma vez que, os respondentes não obtiveram acesso às informações do setor responsável pelo controle de vagas e colaboradores.

As operações de exportação e importação possuem grande contribuição para o país e por isso é necessário a continuidade dos estudos e constante atualização. Nesse intento, a sugestão é promover um aprofundamento em alguns dados aqui obtidos, abarcando o comércio internacional, benefícios tributários na importação, economias geradas e como são aplicados esses benefícios. Importante ainda ressaltar os impactos ocasionados a empregabilidade das empresas importadoras. Propõe-se também, a organização de uma agenda de pesquisa dentro do programa de desenvolvimento regional com a dinâmica das importações das empresas do Sul de Minas de forma mais ampla, envolvendo outras cidades da mesorregião. Podendo avançar em um estudo da relação das pautas de exportação e importação das cidades, e também, como o Brasil, estado e região se inserem na Cadeia Global de Valor (CGV).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. N. Imunidade, Isenção, Incidência, Não Incidência e Alíquota Zero. 2018. Disponível em: < <https://edvaldonalmeida.jusbrasil.com.br/artigos/675662357/imunidade-isencao-incidencia-nao-incidencia-e-aliquota-zero> >. Acesso em 01.jul.2020.

ALMG. Disponível em: < https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/incentivos_fiscais/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=257&tagAtual=10156 >. Acesso em: 01.jul.2020.

ASSUMPÇÃO, R.M. **Exportação e importação: conceitos e procedimentos básicos**. 1 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

ATLAS.ti. ATLAS.ti V5.0. Apostila de Treinamento. Instrutor: Rogério J. Barbosa. 2006.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BONELLI, V. V.; LAZZARESCHI, N. **Globalização, desenvolvimento sustentável e geração de emprego**. Pensamento & Realidade, [S.l.], v. 27, n. 4, abr. 2013. ISSN 2237-4418. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/14728> >. Acesso em: 01.ago.2019.

BRANDAU, R.; MONTEIRO, R.; BRAILE, D. M.. **Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos**. Rev Bras Cir Cardiovasc, São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, p. VII-IX, Mar. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382005000100004&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 30.ago.2019.

BRASIL, 2002. Banco Central do Brasil. Informações Econômico-financeiras. Disponível em: < <https://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm> >. Acesso em: 01.jul.2020.

BRASIL, 2014. Ministério da Economia. Receita Federal. Siscomex. Disponível em: < <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/despacho-de-importacao/sistemas/siscomex-importacao-web/siscomex-importacao> > Acesso em: 01.jun.2019.

BRASIL, 2016. Tarifa externa comum - TEC (NCM). Março, 2016. Disponível em: < <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/tarifa-externa-comum-tec-ncm> > Acesso em 01.ago.2020.

BRASIL, 2019a. O Programa Portal Único de Comércio Exterior. Disponível em: < <http://siscomex.gov.br/conheca-o-programa/sobre-o-programa-portal-unico-de-comercio-exterior/> >. Acesso em: 01.jun.2019.

BRASIL, 2019b. Receita Federal. Ministério da Economia. **Regimes Aduaneiros Especiais**. Disponível em: < <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais> >. Acesso em: 01.ago.2019

BRASIL, 2019c. Ministério da Economia. Coordenação de Exportação e Drawback – COEXP. **Compilação dos dados de drawback referentes ao mês de dezembro de 2018.** Março, 2019. Disponível em: < <http://www.siscomex.gov.br/informacoes/regimes-aduaneiros/drawback/dados-oficiais-de-drawback/> >. Acesso em: 01.ago.2019

BRASIL, 2020a. Ministério da Economia. Estatísticas de comércio exterior. Disponível em: < <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas> > Acesso em 01.fev.2020.

BRASIL, 2020b. Ministério da Economia. Estatísticas de comércio exterior. Séries históricas. Disponível em: < <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta> >. Acesso em 01.ago.2020.

BRASIL, 2020c. 200 anos do comércio exterior brasileiro: 1808 a 2007. Disponível em: < <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/outras-estatisticas-de-comercio-exterior> >. Acesso em 10.ago.2020

BRASIL, 2020d. Receita Federal. Ex-Tarifário. Abril, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/despacho-de-importacao/ex-tarifario-letec-e-lebit/ex-tarifario> >. Acesso em: 10.jan.2020

BRASIL, 2020e. Novo Caged. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged> >. Acesso em: 10.out.2020.

BRASIL, 2020f. Exportação e Importação por Setor e Quantidade de Empregados. Disponível em: < <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/exportacao-e-importacao-por-setor-e-quantidade-de-empregados> >. Acesso em: 01.dez.2020.

BRASIL, 2021a. Ministério da Economia. Estatísticas. **Lista de empresas brasileiras exportadoras e importadoras.** Disponível em: < <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras> >. Acesso em 01.mar.2021.

CANO, W. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade [online]**. 2012, v. 21, n. spe, pp. 831-851. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006> >. Acesso em: 25.Ago.2021.

CAPES. História e Missão. Janeiro, 2011. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao> >. Acesso em: 30.ago.2019.

CARVALHO, L. C. **Metodologias e Técnicas de Investigação.** Mestrado em Gestão. 2016. Disponível em: < https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5932/1/Sebenta_MTI_LuisaCarvalho.pdf >. Acesso em: 01.mar.2021.

CASTRO, J. A. de. **Exportação: aspectos práticos e operacionais**. 6 ed. São Paulo: Lex Editora, 2005.

CERQUEIRA, B. S. **Desenvolvimento econômico brasileiro no século XX: uma interpretação crítica**. Leituras de Economia Política, n. 3, p. 3 – 37, dez. 1996.

CERVO, A.L.; BERVIAN, R.S.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAMON, E. M. Q. O. Escrevendo sobre o “estado da arte” em um tema de dissertação. Relatório Técnico "Tutorial" MPE-LP1/2-001 / v1. Programa de Mestrado Profissional em Educação - UNITAU. 2016.

CHIARINI, T.; SILVA, A. L. G. Comércio exterior brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos setores industriais: notas sobre as décadas de 1990 e 2000. **Nova econ.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 3, p. 1007-1051, Dez. 2016 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512016000301007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 26.mar.2021.

CNI, 2021. Confederação Nacional da Indústria. Agenda Internacional da Indústria. Brasília: CNI, 2021. Disponível em: < https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/61/d3/61d3b5dd-0ea9-4c0f-8402-d9c2c20ff49c/id_236922_agenda_internacional_2021_interativo.pdf >. Acesso em: 31.maio.2021.

CORRÊA, J. C. S. *et al.* Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S.l.], v. 15, n. 7, dez. 2019. ISSN 1809-239X. Disponível em: < <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255/870> >. Acesso em: 01.nov.2020.

FONTES, K. **7 passos para o sucesso na importação: o manual para ser bem-sucedido no comércio exterior**. 1.ed. São Paulo: Labrador, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Estatística e Informações. 2017. Disponível em: < <http://fjp.mg.gov.br/estatistica-e-informacoes/> >. Acesso em: 01.jun.2019.

GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. Cad. Metrop., São Paulo , v. 17, n. 33, p. 265-296, Maio, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100265&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 01.ago.2019.

GLASENAPP, R.B. **Direito Tributário**. São Paulo: Pearson, 2016.

GORENDER, J. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. Estud. av., São Paulo, v. 11, n. 29, p. 311-361, Abril,1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100017&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 29.nov.2020.

GRÄF, C.; AZEVEDO, A. F. Z. **Comércio bilateral entre os países membros do mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional**. Econ. Apl., Ribeirão Preto , v. 17, n.

- 1, p. 135-158, Mar. 2013. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03.dez.2020
- IANONI, M. **Políticas Públicas e Estado: o Plano Real**. Lua Nova, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30.Nov.2020.
- IBGE. **Agência de Notícias**. Novembro, 2018. Disponível em: <
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23028-desocupacao-cai-em-5-estados-e-sobe- apenas-em-roraima-nordeste-lidera>>. Acesso em 24.jan.2019.
- IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>>. Acesso em: 04.maio.2019
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua**. Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 26.ago.2019.
- KEEDI, Samir. **ABC do Comércio Exterior: Abrindo as primeiras páginas**. 3 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2010.
- LIMA, T.D.; DEUS, L.N. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira**. Revista Cadernos de Economia. Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan/jul.2013. Disponível em: <
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>>. Acesso em: 27.maio.2019.
- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Disponível em: <
<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>. Acesso em 06.maio.2019.
- LOPEZ, J.M.C; GAMA, M. **Comércio Exterior Competitivo**. 4 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2010.
- MARCHIORO, L. W.; GUBERT, D.; GUBERT, V. A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a Implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, [S.l.], v. 16, n. 31, p. 186-202, nov. 2014. ISSN 2358-7024. Disponível em: <
<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2091>>. Acesso em: 04.set. 2019.
- MENDES, A.R. **Guia Marítimo**, 2020. Disponível em: <
<https://www.guiamaritimo.com.br/noticias/seguros/a-retracao-do-comercio-externo-brasileiro>>. Acesso em: 05.maio.2020.
- MENDONÇA, A.W. **Metodologia para estudo de caso**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

MERCOSUL. **O que é o Mercosul**. Disponível em: < <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/> >. Acesso em 10.ago.2020.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2012, v. 17, n. 3, pp. 621-626. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007> >. Acesso em: 31.maio.2021.

MORCEIRO, P.C. **Abertura Comercial e Inserção Externa**. FIPE, 2019. Disponível em: < <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif462-25-30.pdf> >. Acesso em: 01.maio.2019.

NEGRI, F. **Novos caminhos para a inovação no Brasil**. Washington, DC: Wilson Center, 2018. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8441> >. Acesso em 05.jan.2020.

OLIVEIRA, S. E. M. C. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional : estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Brasília: FUNAG, 2015.

PEROVANO, D.G. **Manual de Metodologia da pesquisa científica**. 1.ed. Curitiba: InterSaberes, 2016.

PINHEIRO, A.C; MARKWALD, R.; PEREIRA, L V (org). O desafio das exportações. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: < https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2064/1/Livro%20completo_O%20desafio%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es_P.pdf >. Acesso em: 01.dez.2020.

RESENDE, L. S. **Exportação e “Drawback”**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras,1986.

ROCHA, A. **Guia Marítimo**. Disponível em: < <http://www.guiamaritimo.com.br/noticias/comercio-exterior/expectativas-para-o-comercio-exterior-em-2019> >. Acesso em 05.maio.2019.

ROSENSTEIN-RODAN, P. **Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental**. In: AGARWALA, A N.; SINGH, S. P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SANTARCÁNGELO, J. *et al*. **Cadenas Globales de Valor: Una mirada crítica a una nueva forma de pensar el desarrollo**. Cuadernos de Economía Crítica, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 99-129, dic. 2017. ISSN 2525-1538. Disponível em: < <http://sociedadeconomiacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/92> >. Acesso em: 03.set.2019.

SEBRAE. **Conheça os 15 órgãos anuentes**. 2018. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-os-15-orgaos-anuentes,ca57ddd2cf092610VgnVCM1000004c00210aRCRD> >. Acesso em: 01.jun.2019.

SEGALIS, G. *et al*. **Fundamentos de exportação e importação no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, H. C. M. **Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979.** Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 46, n. 1, p. 39-65, Junho, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100003&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 21.ago.2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2005. Disponível em: < https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d_e_teses_e_dissertacoes1.pdf >. Acesso em 05.maio.2019.

SOUZA, N. J. **Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. 2005.** Disponível em: < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/266> >. Acesso em: 05.maio.2019.

VILELA, P. R. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/balanca-comercial-fecha-2019-com-superavit-de-46bilhoes> >. Acesso em: 01.fev.2020

WATANABE, M. **Valor Econômico.** Disponível em: < <https://www.valor.com.br/brasil/6045495/superavit-da-balanca-comercial-soma-us-58298-bilhoes-em-2018> >. Acesso em 24.jan.2019.

ZAMBELLO, A.V. *et al.* (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** Penápolis: FUNEPE, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário enviado às empresas importadoras alvo da pesquisa na cidade de Varginha-MG.

Perguntas:

1) Você declara ter conhecimento da pesquisa a ser realizada, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concorda em participar voluntariamente?

- a) () Sim;
- b) () Não.

2) Qual o Porte da empresa?

- a) () Microempresa (ME) até 19 empregados;
- b) () Empresa de Pequeno Porte (EPP) de 20 a 99 empregados;
- c) () Empresa de médio Porte de 100 a 499 empregados;
- d) () Grande Porte de 500 ou mais empregados.

3) Quando foi o início da empresa com importação de produtos? Cite o ano.

4) Valor médio importado ANUALMENTE entre o período 2009-2019 (FOB/US\$)?

- a) () Até USD 100.000,00 (Cem mil dólares);
- b) () De USD 100.000,01 até USD 500.000,00;
- c) () De USD 500.000,01 até USD 1.000.000,00;
- d) () De USD 1.000.000,01 até USD 2.000.000,00;
- e) () Acima de USD 2.000.000,01.

5) Qual o nível de necessidade de produtos importados nas operações da empresa?

- a) () até 10% (dez por cento de insumos);
- b) () De 10% a 30% (de insumos);
- c) () 31% a 50% (de insumos);
- d) () 51% a 75% (de insumos);
- e) () 75% a 99% (de insumos);

- f) () 100% de insumos;
- g) () Somente Máquinas e equipamentos;
- h) () Outra situação;

6) Detalhe melhor, se a opção escolhida anteriormente foi "outra situação":

7) Nesse período de importação a empresa já utilizou algum tipo de Regime Aduaneiro Especial? Quais? (Marque mais de uma opção se necessário).

- a) () ADMISSÃO TEMPORÁRIA;
- b) () DRAWBACK;
- c) () ENTREPÓSITO ADUANEIRO;
- d) () EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA;
- e) () DEPÓSITO ESPECIAL;
- f) () DEPÓSITO AFIANÇADO;
- g) () DEPOSITO ALFANDEGADO CERTIFICADO;
- h) () NENHUM;
- i) () OUTROS.

8) Se utilizado algum tipo de Regime Aduaneiro Especial, o mesmo trouxe algum benefício financeiro a empresa? Fale um pouco sobre.

9) A empresa utiliza ou já utilizou algum benefício tarifário nas importações? Se sim, quais são?

10) Novas tecnologias, qualidade de produtos e outros fatores de melhoria na empresa puderam ser sentidos pela importação de insumos, maquinários e outros produtos? Comente sua resposta.

11) A importação de produtos gerou alguma movimentação no número de colaboradores no período compreendido entre 2009 até 2019?

- a) () Sim, gerou aumento de novos postos de trabalho;
- b) () Não houve movimentação decorrente a importação;
- c) () Houve redução no quadro de colaboradores, gerando desligamentos.

12) (se escolhida a opção “a” da questão 11) Em média qual foi o número de postos de trabalhos gerados em decorrência a importação de produtos no período pesquisado (2009 a 2019).

- a) () 1 a 5;
- b) () 6 a 10;
- c) () 11 a 20;
- d) () 21 a 30;
- e) () 31 a 40;
- f) () 41 a 50;
- g) () 50 a 75;
- h) () 76 a 100;
- i) () Acima de 100.

12) (se escolhida a opção “c” da questão 11) Em média qual foi a redução no número de postos de trabalhos em decorrência a importação de produtos no período pesquisado (2009 a 2019).

- a) () 1 a 5;
- b) () 6 a 10;
- c) () 11 a 20;
- d) () 21 a 30;
- e) () 31 a 40;
- f) () 41 a 50;
- g) () 50 a 75;
- h) () 76 a 100;
- i) () Acima de 100.

13) Qual seu setor ou área dentro da empresa? (Comércio Exterior, Logística, Importação, Vendas, Compras, Planejamento, Financeiro, etc...)

14) Há quanto tempo atua na empresa?

- a) () Menos de 12 meses;
- b) () Acima de 12 meses até 3 anos;
- c) () Acima de 3 anos até 5 anos;
- d) () Acima de 5 anos até 7 anos;
- e) () Acima de 7 anos até 10 anos;
- f) () Acima de 10 anos.

15) Informações Complementares

Utilize o campo opcionalmente para adicionar informações que julgar necessária acerca as importações e geração de empregos no período pesquisado.

ANEXOS

ANEXO A

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INFLUÊNCIAS DA IMPORTAÇÃO NA GERAÇÃO DE EMPREGO NA INDÚSTRIA: UM ESTUDO NAS CIDADES POLOS DO SUL DE MINAS.

Pesquisador: GUSTAVO FLAUSINO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 27034619.3.0000.5111

Instituição Proponente: Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas-FEPESMIG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.779.845

Apresentação do Projeto:

O projeto refere-se a uma pesquisa que busca abordar os benefícios de importação atrelados à possibilidade de geração e/ou aumento das vagas de emprego. Tal proposta pretende apontar a importação como um fator positivo na economia do país, buscando desmistificar o papel negativo que é atribuído a tal processo apresentar de que forma a aplicação dos benefícios na importação afeta os níveis de emprego.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo principal analisar os efeitos dos benefícios tributários na importação no que se refere ao aumento de empregos nas cidades polos da região Sul de Minas Gerais. A pesquisa utilizará de dados secundários disponibilizados pelo atual Ministério da Economia, IBGE e, também, por coleta de dados realizados em empresas importadoras das cidades polos, por meio de um questionário com perguntas direcionadas as empresas importadoras e exportadoras das cidades polos, que deverão ser respondidas por pessoal com conhecimento na área internacional envolvida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão bem especificados e referem-se a constrangimento dos participantes. Esse risco é minimizado pela possibilidade do entrevistado desistir da pesquisa a qualquer tempo, fato esse demonstrado no TCLE, bem como, pelo controle por parte dos pesquisadores responsáveis.

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650

Bairro: Bairro Aeroporto

CEP: 37.010-540

UF: MG

Município: VARGINHA

Telefone: (35)3219-5291

Fax: (35)3219-5251

E-mail: etica@unis.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPEMIG



Continuação do Parecer: 3.779.845

Como benefício espera-se responder nossa pergunta problema e atingir o objetivo que será analisar os efeitos dos benefícios tributários na importação associados ao aumento de empregos nas empresas da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas. Por toda importância do comércio internacional no mundo e no Brasil, o estudo ora apresentado pretende desmitificar a importação como um problema somente, e encontrar resultados positivos na geração de empregos, podendo estar associado à utilização de benefícios tributários na importação ou somente pela importação dos insumos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa contará com a participação de seres humanos para a coleta de dados por meio da resposta ao questionário elaborado que possui perguntas relacionadas ao tipo da empresa, quais importações realizam, quais utilizam benefícios tributários e quantidade de vagas de emprego são oportunizadas por economias geradas pelos benefícios aplicados na importação. Logo após coleta dos dados, serão levantados dados secundários fornecidos pelo Ministério da Economia e também IBGE, buscando identificar a relação dos benefícios de importação utilizados nas operações de insumos para fabricação de produtos e quais possibilitam a criação de postos de trabalhos na região.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O questionário inicial possui perguntas abertas que permitirá a análise qualitativa das respostas e permitirá atender os objetivos iniciais da pesquisa, contudo entendo que na metodologia deve ser abordada tal possibilidade (pesquisa qualitativa).

Os termos obrigatórios foram apresentados e estão de acordo com os procedimentos éticos, com destaque para o TCLE que esclarece os objetivos da pesquisa, bem como, os procedimentos adotados na coleta de dados, na análise e no produto final gerado pelo estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo por base que todas as questões éticas envolvidas nessa pesquisa foram bem abordadas e de acordo com as considerações desse CEP, este relator opta pela aprovação e continuidade dos estudos ora formulados e detalhados no projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do CEP concorda com o parecer do relator e opina pela aprovação deste protocolo de pesquisa.

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650
Bairro: Bairro Aeroporto CEP: 37.010-540
UF: MG Município: VARGINHA
Telefone: (35)3219-5291 Fax: (35)3219-5251 E-mail: etica@unis.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



Continuação do Parecer: 3.779.845

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1489093.pdf | 16/12/2019 09:03:06 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | BrochuraGustavoFlausinodeOliveira.docx | 16/12/2019 08:24:36 | GUSTAVO FLAUSINO DE OLIVEIRA | Aceito |
| Outros | QuestGustavoFlausinodeOliveira.pdf | 16/12/2019 08:23:49 | GUSTAVO FLAUSINO DE OLIVEIRA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEGustavoFlausinoOliveira.docx | 16/12/2019 08:22:45 | GUSTAVO FLAUSINO DE OLIVEIRA | Aceito |
| Folha de Rosto | FolhaDeRostoGustavoFlausinoOliveiraAss.pdf | 16/12/2019 08:22:13 | GUSTAVO FLAUSINO DE OLIVEIRA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VARGINHA, 18 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Nelson Delu Filho
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650
Bairro: Bairro Aeroporto **CEP:** 37.010-540
UF: MG **Município:** VARGINHA
Telefone: (35)3219-5291 **Fax:** (35)3219-5251 **E-mail:** etica@unis.edu.br

Página 03 de 03

ANEXO B



FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: INFLUÊNCIAS DA IMPORTAÇÃO NA GERAÇÃO DE EMPREGO NA INDÚSTRIA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG.

Nome do Pesquisador Responsável: GUSTAVO FLAUSINO DE OLIVEIRA

Fone do Pesquisador Responsável: (35) 9 8805-9245

Professor orientador: PEDRO DOS SANTOS PORTUGAL JÚNIOR

Instituição de Vínculo da Pesquisa: Unis

Contato com a Instituição: etica@unis.edu.br ou (35) 3219-5033 (Helena)

1. **Natureza da pesquisa:** o(a) sr. (sra.) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade ajudar no desenvolvimento do Projeto intitulado INFLUÊNCIAS DA IMPORTAÇÃO NA GERAÇÃO DE EMPREGO NA INDÚSTRIA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG do Curso de MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG, o qual ao final terá o levantamento dos dados de forma estatística.
2. **Participantes da pesquisa:** serão entrevistados 56 indivíduos (EMPRESÁRIOS E RESPONSÁVEIS DO SETOR IMPORTAÇÃO DA CIDADE DE VARGINHA-MG).
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo o sr. (sra.) permitirá que o (a) pesquisador (a) obtenha dados que serão utilizados para COMPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO DO MESTRADO E TRABALHOS CIENTÍFICOS ENVOLVENDO OS DADOS COLETADOS E RELACIONADOS A GERAÇÃO DE EMPREGOS, BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS E IMPORTAÇÃO. O sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o sr. (sra.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador(a) do projeto ou da própria instituição, identificados no início desta página. Em qualquer situação, sua identidade será integralmente preservada.
4. **Sobre as entrevistas:** a entrevista será verbal ou via formulário digital enviado por email| sem gravações, com suas respostas anotadas com caneta no próprio questionário pelo(a) pesquisador(a) ou redigidas digitalmente. Haverá registro fotográfico da propriedade/casa/carro/local/etc (não é recomendado fotos de pessoas), autorizado pelo sr. (sra.), para que os pesquisadores possam fazer constar em seu documento final para a instituição.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua integridade física, mental, psíquica, moral e dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente os pesquisadores e o orientador terão conhecimento dos dados.



FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o sr. (sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo traga informações importantes para DESMITIFICAR A IMPORTAÇÃO COMO UM PROBLEMA SOMENTE, E ENCONTRAR RESULTADOS POSITIVOS NA GERAÇÃO DE EMPREGOS, PODENDO ESTAR ASSOCIADO À UTILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS NA IMPORTAÇÃO OU SOMENTE PELA IMPORTAÇÃO DOS INSUMOS, de forma que o conhecimento aqui produzido possa permitir melhor entendimento sobre o tema desta pesquisa, onde o(a) pesquisador(a) se compromete a divulgar os resultados obtidos como forma de divulgação dos resultados obtidos.
8. **Pagamento:** o sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, caso o sr.(a) se sinta plenamente esclarecido, solicitamos o seu livre consentimento para participar desta pesquisa, respondendo o formulário on line.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.